

Quem disse ?

«Uma Carta dos Direitos Fundamentais impõe-se agora porque a União Europeia entrou numa nova fase da sua integração, de carácter mais político»

António Vitorino
Revista Finisterra
Abril 2001



Director **Fernando de Sousa** • Director-adjunto **José Manuel Viegas**
Internet: <http://www.partido-socialista.pt/partido/imprensa/as/> E-mail: Accao.Socialista@partido-socialista.pt



Inspector-geral do Trabalho defende

Mais penalizações para empresas prevaricadoras

O inspector geral do Trabalho, Inácio Mota da Silva, defendeu no dia 16 na Assembleia da República a aplicação de penalizações às empresas a título de indemnização aos trabalhadores alvo de violência e perseguição psicológica no local de trabalho.

Além da aplicação de coimas às empresas que violem a legislação laboral, Mota da Silva, que falava numa reunião da comissão parlamentar de Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, defendeu que os trabalhadores que forem alvo de violência e perseguição psicológica no local de trabalho e que por isso sejam prejudicados de qualquer forma devem receber uma compensação indemnizatória.

«Temos de criar um ambiente favorável ao exercício da cidadania no sentido de cooperarmos para que se repare e seja feita justiça relativamente aos actos que tiveram efeitos e consequências devastadoras na vida dos trabalhadores», afirmou.

Mota da Silva considerou que «facultar ao trabalhador indemnizações elevadas no caso de assédio moral ou terrorismo psicológico é um instrumento fundamental».

O inspector-geral defendeu ainda que a legislação que venha a ser produzida pela Assembleia da República deve, além dos casos individuais, contemplar respostas para as «práticas de gestão que confrontam boa parte dos valores sociais associados ao Direito do Trabalho».

«Tem de haver uma resposta do mesmo tipo (penalização para indemnização) para o terrorismo psicológico generalizado numa empresa e tentar, através de mecanismos adequados, preveni-lo, dissuadi-lo e quando ele acontecer, puni-lo», disse.

A reunião da comissão parlamentar, presidida por Artur Penedos, auscultou os responsáveis pelo Instituto de Desenvolvimento e Inspeção das Condições de Trabalho (IDICT), que integra a Inspeção-Geral do Trabalho, no âmbito do processo de consultas que está a realizar para a elaboração de um projecto de lei relativo à violência e perseguição psicológica no local de trabalho.

POLUIÇÃO SONORA

MENOS RUÍDO

MELHOR QUALIDADE DE VIDA



O Governo socialista está determinado em melhorar a qualidade de vida dos portugueses. Empenhado em travar uma das «pragas» dos espaços urbanos modernos – a poluição sonora –, o Executivo pôs em prática um novo regulamento geral do ruído que promete um ambiente mais sereno para as cidades.

Governo

Defesa Novo Código de Justiça Militar



O Conselho de Ministros aprovou, no dia 10, uma proposta de lei que autoriza o Governo a fixar um novo Código de Justiça Militar e revogar a legislação existente sobre a matéria, bem como a estabelecer a legislação conexa.

União Europeia

Os tratados europeus revisitados Qual o papel da Europa no mundo globalizado?



Conferência proferida pelo primeiro-ministro, António Guterres, na Universidade Humboldt, Berlim, no passado dia 7.

«Vivemos num mundo global que enfrenta dois problemas cruciais. Para definir sucintamente a situação, diria que o nosso mundo continua a estar politicamente desestruturado e economicamente desregulado. Permitam-me explicar porquê.»



UE: 51 anos depois da Declaração Schuman

A União Europeia, tal como a conhecemos hoje, é muito diferente da que foi lançada a 9 de Maio de 1950, sobre os escombros de um continente destruído pela guerra. Tratava-se, então, como se pode ler no texto original da Declaração, de «colocar em conjunto a produção do carvão e do aço sobre uma alta autoridade comum, numa organização aberta à participação de outros países da Europa».

Mas a ideia, cuja paternidade deve, em rigor, ser atribuída a Jean Monet, colaborador do então ministro dos Negócios Estrangeiros francês, Robert Schuman, transportava já em embrião uma dinâmica de transformação e crescimento.

O projecto materializado em Abril de 1951, altura em que nasceu a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA), integrava apenas a França, a Alemanha, a Itália, a Holanda, a Bélgica e o Luxemburgo. A «pequena Europa dos Seis» evoluiu com a criação, em Roma, da Comunidade Económica Europeia (CEE) e da Comunidade Europeia da Energia Atómica (CEEA), alargando-se ao Reino Unido, Irlanda e Dinamarca em 1973, à Grécia em 1981, a Portugal e à Espanha em 1986, e, finalmente, à Áustria, Finlândia e Suécia em 1995.

Com a entrada em vigor, em 1993, do Tratado de Maastricht - ou da União Europeia -, que acrescentou à Europa comunitária as dimensões política, económico-social e de cidadania, a UE transformou-se, derrubou fronteiras, criou um mercado e uma moeda comuns.

Este projecto que teve o grande mérito de dar à Europa meio século de paz, vive hoje uma profunda «crise de identidade». Efectivamente, numa altura em que está quase esgotado o prazo de validade para o actual figurino da União, em virtude, sobretudo, do previsto crescimento para o dobro dos seus actuais 15 Estados-membros, os líderes do Velho Continente ensaiam diferentes terapias para viabilizar o projecto europeu.

Hoje, 51 anos depois, trata-se de «redesenhar» o figurino institucional da União com a perspectiva de abrir as portas a mais de uma dezena de Estados (Bulgária, Chipre, Eslováquia, Eslovénia, Estónia, Hungria, Letónia, Lituânia, Malta, Polónia, República Checa, Roménia e eventualmente Turquia).

Para manter vivo o projecto europeu, os actuais líderes do Velho Continente têm de assegurar a preservação e aperfeiçoamento - a 27 ou 28 - da eficácia de funcionamento, do equilíbrio de forças, da coesão e da homogeneidade mínimas a que foi possível chegar a Quinze. É este o grande desafio que se coloca a uma Europa cada vez mais heterogénea.



ENDIVIDAMENTO CONDICIONA POLÍTICA DE JUSTIÇA SOCIAL

«Endividamento externo condiciona política de justiça social do próximo Governo», alertava Mário Soares na sessão de encerramento do Encontro da Tendência Socialista do Sinqe.

Esta notícia fazia a manchete da primeira página da edição de 19 de Maio de 1983 do «Acção Socialista».

Na sua intervenção, o camarada Mário Soares, que entretanto preparava a formação do Governo do Bloco Central (PS/PSD), alertava os sindicalistas presentes para a grave situação económica do País e prometia um diálogo mais intenso com o movimento sindical democrático.

Nesta edição do órgão oficial do PS, outra notícia em destaque era a entrevista concedida por Mário Soares ao «Correio do Minho», na qual o então líder do PS afirmava que não era preciso nova revisão constitucional na próxima legislatura. J. C. C. B.

19 de Maio

Quem disse?

«Os trabalhadores devem participar na construção da democracia económica»
Tendência Socialista do Sinqe



Economia Inflação baixa para 4,5 por cento em Abril

A inflação homóloga desceu para 4,5 por cento em Abril mas a média continuou a subir e atingiu 3,8 por cento, revelou, no dia 15, o Instituto Nacional de Estatística (INE).

Em Abril, face a Março, os preços aumentaram 0,5 por cento, 0,1 pontos percentuais abaixo da estimativa preliminar da Direcção-Geral do Comércio e Concorrência (DGCC).

A descaída de inflação homóloga (face ao mesmo mês do ano precedente) em Abril era esperada dado que a comparação é feita com o mês de 2000 em que se produziram os efeitos do forte aumento dos combustíveis. A redução foi de 0,6 pontos percentuais face ao valor de Março.

Se os preços fossem congelados de 1 de Maio até ao fim do ano a inflação em 2001 ficaria em 3,4 por cento.

A subida mensal de preços em Abril foi muito influenciada pelo aumento de 5,8 por cento dos preços do vestuário e calçado, devido ao fim dos saldos e entrada de novas colecções, e beneficiou da redução mensal de 0,1 por cento dos preços da alimentação e bebidas não alcoólicas, com a carne a embaratecer

1,1 por cento e o peixe a baixar 0,9 por cento, enquanto os produtos hortícolas, batatas e tubérculos subiam 4,6 por cento.

As tarifas de transporte aéreo de passageiros subiram 6,4 por cento mensais em Abril, as férias organizadas encareceram 3,4 por cento e os transportes de passageiros por via marítima e fluvial aumentaram quase 25 por cento.

O Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC), que permite a comparabilidade da inflação portuguesa com a dos restantes países da União Europeia, registou um aumento mensal de 0,6 por cento e homólogo de 4,6 por cento, enquanto em média anual se verifica um valor idêntico ao do índice nacional (3,8 por cento).

Por regiões, os preços cresceram 1,4 por cento na Madeira, um por cento no Algarve, 0,8 por cento no Norte e 0,6 por cento no Centro. Em Lisboa e Vale do Tejo e no Alentejo os preços subiram 0,3 por cento e nos Açores 0,1 por cento.

Nos primeiros quatro meses de 2001, os preços cresceram 4,7 por cento em relação ao mesmo período de 2000.

Planeamento Cidades médias são símbolos de modernidade

O primeiro-ministro, António Guterres, afirmou, no dia 12, que «o País não pode ter o seu desenvolvimento concentrado em Lisboa e no Porto, necessitando de cidades médias capazes de se transformarem em símbolos de modernidade».

António Guterres falava em Aveiro, onde participou na sessão solene das Festas do Município e descerrou uma lápide alusiva ao restauro dos Paços do Concelho, financiado pela administração central.

O governante referiu a transformação do IP5 em auto-estrada até Vilar Formoso, já adjudicada, o desenvolvimento do Porto de Aveiro e respectiva ligação ferroviária, e a nova estação ferroviária como investimentos públicos na afirmação de Aveiro na rede de

cidades médias.

Garantiu que «Aveiro e as suas instituições vão continuar a contar com o Governo como parceiro, no trabalho pioneiro que tem sido feito».

Deu como exemplos o saneamento intermunicipal da Ria, o aterro sanitário que serve a região e o programa Polis, em Aveiro, «com carácter pioneiro na recuperação das frentes ribeirinhas do País».

No final da manhã, o primeiro-ministro presidiu à abertura da exposição «A arte do azulejo em Portugal no séc. XX», que integrou as comemorações do Descobrimento do Brasil e está pela primeira vez patente em Portugal, no Centro de Formação profissional de Aveiro, até 1 de Julho.

Eleições italianas Guterres confia na atitude da presidência sueca

O primeiro-ministro, António Guterres, disse no dia 15 confiar na atitude da presidência sueca da União Europeia (UE) em relação à vitória do megamilionário Silvio Berlusconi nas eleições para o Governo italiano.

António Guterres, que falava aos jornalistas no final da cerimónia de inauguração do Adutor da Circunvalação, em Vila Franca de Xira, disse que iria apoiar a presidência sueca nesta questão.

«Vamos apoiar a presidência sueca que, estou certo, adoptará a atitude com mais consenso e consistência», sublinhou o primeiro-ministro.

Ainda segundo António Guterres, o Tratado de Nice já define qual o procedimento a adoptar nesta situação e que «a presidência sueca já deu a entender que é nesse quadro que o problema vai ser analisado».

Para o primeiro-ministro, esta é também uma questão diferente do que se passou na Áustria, pois «nessa altura ainda não tinha sido fixada nenhuma orientação geral».

O Tratado de Nice prevê a punição dos Estados-membros que violem os princípios fundamentais de democracia da União Europeia.

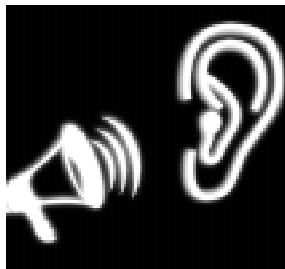
Até agora a presidência sueca da UE ainda não se pronunciou sobre o resultado das eleições em Itália que deram a vitória a uma coligação de direita liderada por Berlusconi e que integra a Aliança Nacional, um partido neofascista.

No início de 2000, a UE congelou as relações com a Áustria, numa altura em que os conservadores se aliavam ao Partido da Liberdade, de Joerg Haider, também de extrema-direita, para formar governo.

MENOS RUÍDO, MAIOR QUALIDADE DE VIDA

O Governo socialista está determinado em melhorar a qualidade de vida dos portugueses. Empenhado em travar uma das «pragas» dos espaços urbanos modernos – a poluição sonora –, o Executivo pôs em prática um novo regulamento geral do ruído que promete um ambiente mais sereno para as cidades.

Desde a passada terça-feira, as obras são proibidas aos sábados, domingos e feriados quando próximas de habitações, escolas e hospitais, e ainda das 18 às 7 horas nos restantes dias. Em casa só das 8 às 18 horas. Até os alarmes tocam menos. Esta é uma das novas imposições do regulamento geral do ruído que proíbe, nas áreas vocacionadas para usos habitacionais (denominadas áreas sensíveis), actividades ruidosas temporárias, como obras de construção civil, competições desportivas, espectáculos, festas e outros divertimentos, feiras e mercados. Porém, de acordo com o disposto no diploma, estas actividades podem ser autorizadas durante o período nocturno e aos sábados, domingos e feriados mediante licença especial de ruído a conceder, «em casos devidamente justificados», pela câmara municipal ou pelo governador civil. As obras de recuperação, remodelação ou conservação realizadas no interior de habitações, escritórios ou estabelecimentos comerciais apenas podem estar na origem de ruído em dias úteis e durante o período diurno.



A única excepção a esta restrição prevista expressamente pela lei são os trabalhos urgentes executados com vista a evitar ou minorar perigos ou danos relativos a pessoas ou bens.

Também o ruído de vizinhança (ruído produzido em lugar público ou privado, por alguém, por coisa à sua guarda ou animal sob sua responsabilidade, que pela sua duração, repetição ou intensidade, atente contra a tranquilidade da vizinhança ou a saúde pública) passa a ter novas restrições. Os lesados pelo ruído de vizinhança podem apresentar queixa às autoridades policiais da área e, se o ruído for produzido no período nocturno, as autoridades policiais ordenam à pessoa que está na sua origem a adopção de medidas que cessem «de imediato» a incomodidade do ruído produzido.

Se o ruído tiver lugar no período diurno, a polícia notifica a pessoa que está na sua origem para, «em prazo determinado», cessar as acções que estão na sua origem. O diploma proíbe igualmente a colocação no

mercado ou a utilização de sistemas sonoros de alarme contra intrusão em veículos motorizados que não possuam mecanismos de controlo, de modo a que a duração do alarme não exceda 20 minutos.

Ao instalar o sistema de alarme, o proprietário obriga-se a assegurar a sua manutenção para garantir o seu bom funcionamento. Sendo necessário, podem ser removidos da via pública pelas autoridades policiais os veículos que se encontrem estacionados com funcionamento sucessivo ou ininterrupto de alarme.

Até agora, em Portugal, o limite sonoro estava genericamente limitado entre os 55 e os 65 decibéis (db).

O novo diploma baixa em 10 db esse limite e distingue áreas vocacionadas para usos habitacionais (zonas sensíveis) e áreas também afectas a outras utilizações, como comércio e serviços (zonas mistas).

As zonas sensíveis não podem ficar expostas a um nível sonoro contínuo superior a 55 db no período diurno e de 45 db no nocturno. Nas zonas mistas estes níveis são elevados em 10 db.

O diploma interdita o licenciamento ou a autorização de novas construções para fins habitacionais e a construção de novas escolas ou hospitais ou similares em zonas classificadas com sensíveis ou mistas sempre que sejam ultrapassados aqueles limites sonoros.

Nas zonas já existentes, se o ruído exterior ultrapassar os limites do diploma é necessário um plano de redução de ruído da responsabilidade das câmaras municipais.

A classificação de zonas como sensíveis implica a automática proibição de instalação

e exercício de actividades ruidosas de carácter permanente, legitimando ainda a adopção de específicas restrições ao tráfego. As discotecas e bares das zonas sensíveis não poderão exceder os limites sonoros em mais do que cinco db no período diurno e três db no período nocturno.

Como medida cautelar, antecipando a decisão morosa do tribunal, o presidente da câmara, o governador civil, o inspector-geral do Ambiente e o director regional do ambiente e do ordenamento do território podem ordenar fundamentalmente as medidas imprescindíveis para evitar danos graves para a segurança das populações ou da saúde pública, ordenando por exemplo o encerramento imediato de um estabelecimento.

No caso de obras de infra-estruturas de transportes cuja realização corresponda à satisfação de necessidades de reconhecido interesse público pode, por despacho do ministro do Equipamento Social, ser dispensada a exigência de cumprir os limites sonoros impostos na lei por prazo não superior ao da licença de ruído.

O regulamento determina que a fiscalização do cumprimento do diploma compete à Inspeção-Geral do Ambiente e às direcções regionais do ambiente e do ordenamento do território, «sem prejuízo das atribuições e competências do municípios e dos governadores civis e das autoridades policiais».

Em caso de violação das disposições do regulamento são previstas contra-ordenações puníveis com coima de 100 a 500 contos quando praticadas por pessoas singulares e de 250 a cinco mil contos por pessoas colectivas.

EXPERIMENTAR PARA SABER MAIS

O primeiro-ministro, António Guterres, reafirmou como metas do Governo a democratização da cultura científica e tecnológica e o estímulo à experimentação nas escolas.

Guterres falava na sessão de abertura do V Fórum Ciência Viva, que decorreu em Lisboa, no dia 1.

Para concretizar já este ano os objectivos do Executivo, António Guterres anunciou «a abertura de estágio a professores de escolas do ensino básico e secundário em instituições científicas durante as férias de Verão». Também em desenvolvimento vão estar «a abertura de consultórios públicos de ciência e tecnologia de natureza temática e novas linhas de financiamento para projectos ligados ao audiovisual e a sites de Internet que divulguem actividades neste âmbito», acrescentou.

O primeiro-ministro passou a manhã de sexta-feira a visitar os cerca de 300 projectos de escolas, universidades e institutos portugueses que preenchem o espaço do Pavilhão Atlântico (Parque das Nações), falando com os autores dos trabalhos apresentados e experimentando, também, como se faz ciência.

Elogiando o trabalho desenvolvido ao longo dos últimos cinco anos pelo Ciência Viva, Guterres lembrou que este programa já atinge um terço dos estabelecimentos do ensino básico e secundário.

De acordo com números oficiais, apenas 18 por cento dos alunos portugueses do ensino superior estão inscritos em cursos de vertente científica e tecnológica, e, por vezes, «a sua vocação é deficiente», disse o governante.

«Esta é uma situação potenciada pela falta de ensino experimental nas escolas e que o Executivo pretende solucionar até 2005, atra-

vés da obrigatoriedade do ensino experimental nos estabelecimentos de ensino básico e secundário», acrescentou o primeiro-ministro. «O nosso desígnio é vencer um atraso estrutural de décadas», lembrou, frisando que para isso é necessário inovar, estimulando a capacidade científica, e ter a população consciente destes valores.

«O Ciência Viva traçou objectivos mais exigentes para o funcionamento global do sistema educativo, sendo as escolas mais completas hoje em dia, com mais capacidades», concluiu.

Combater défice de mulheres

O princípio de experimentação e estímulo à prática das ciências foi também defendido pelo ministro da Ciência e da Tecnologia, Mariano Gago, que lembrou os passos que levaram à sua consagração nos decretos que

regulam a revisão curricular dos ensinos básico e secundário.

Outro ponto sublinhado por Mariano Gago é o lançamento da Iniciativa Europeia para a Cultura Científica, para a qual, disse, «vai contribuir a experiência insubstituível dos últimos cinco anos em Portugal».

Atrair jovens e mulheres para as carreiras científicas e tecnológicas e aproximar investigadores e grande público são algumas das prioridades dessa iniciativa que foi discutida recentemente em Lisboa.

«Entendemos que a atracção de mais jovens para carreiras de base científica ou tecnológica, o combate ao défice de mulheres na ciência, nalguns países europeus, o debate da capacidade de integração na Europa de jovens que querem fazer ciência ou desenvolver tecnologia vindos de outros continentes devem também fazer parte desta Iniciativa», disse.

ADMINISTRAÇÃO MARÍTIMA E PORTUÁRIA

Sistema de controlo de tráfego na costa pronto em 2004

O secretário de Estado da Administração Marítima e Portuária, José Junqueiro, garantiu, no dia 12, que até 2004 toda a costa portuguesa deverá já estar dotada do sistema de controlo e gestão do tráfego marítimo.

«Trata-se de uma medida fundamental para a melhoria da qualidade ambiental da nossa costa, já que, ao permitir o controlo, até 50 milhas, de todo o tráfego de navios, poderá contribuir para evitar muitos dos acidentes que hoje se registam no mar», referiu José Junqueiro.

Segundo o governante, até ao final deste semestre será lançado o concurso público internacional para a instalação deste sistema de controlo em toda a costa portuguesa, num investimento de cerca de 14 milhões de contos.

Este sistema, além de centros de coordenação local, incluirá também três centros de coordenação regional, a instalar em Sagres, Paço d'Arcos e Viana do Castelo. José Junqueiro falava em Viana do Castelo, onde presidiu ao último painel do II Congresso do Vale do Lima, precisamente dedicado ao tema «Apostar no mar».

A propósito, Junqueiro falou também na rede nacional de plataformas logísticas, que está a em fase de implementação em Portugal e que se traduz na interligação entre portos, rodovia, ferrovia e aeroportos.

«Esta rede é de importância vital para que possamos ser competitivos ao nível das nossas exportações e importações, já que a circulação dos produtos se fará em tempos mínimos, graças à articulação entre portos, rodovia, ferrovia e aeroportos», salientou.



CULTURA

Mais verbas para companhias teatrais de fora de Lisboa e Porto

O ministro da Cultura, José Sasportes, explicou, no dia 11, que as novas regras para a atribuição de subsídios ao teatro vão garantir mais dinheiro para as companhias de fora de Lisboa e do Porto.

«O concurso que vamos lançar este ano terá algumas normas novas que talvez até tenham em consideração observações que foram feitas, garantindo seguramente uma maior distribuição de verbas para fora de Lisboa e Porto», frisou José Sasportes, que um dia antes tinha anunciado novas regras para a atribuição de subsídios.

O governante reiterou, no entanto, a sua convicção de que este ano não houve quaisquer irregularidades na atribuição de subsídios ao teatro, ao contrário do que alegam algumas dezenas de companhias de todo o País reunidas no chamado «Grupo dos 31», que já apresentaram queixa em tribunal.

«As regras do concurso e a constituição do júri eram conhecidas antes das pessoas concorrerem e não creio que tenha havido quaisquer irregularidades», acrescentou.

«Os fundos públicos têm de ser atribuídos segundo um determinado critério e, por isso, há um júri que julga da qualidade dos projectos, sendo que a sua decisão, como é natural, agradou à grande parte das companhias que receberam subsídios e desagradou às que não receberam», concluiu. José Sasportes falava em Ponte de Lima à margem do II Congresso do Vale do Lima, que durante a manhã decorreu à volta do tema «Cultura e património, vectores de desenvolvimento».

DEFESA

Substituição das fragatas «João Belo» só depois de 2007

O ministro da Defesa disse, no dia 10, que a substituição das fragatas da classe «João Belo» só será feita depois de 2007, no âmbito da Lei de Programação Militar (LPM) que está em debate no Parlamento.

«O reequipamento das Forças Armadas está condicionado aos recursos financeiros do Estado, pelo que também há outros equipamentos cuja aquisição passou para os seis anos seguintes», adiantou Castro Caldas.

O ministro falava no final da reunião com os deputados da Comissão de Defesa, que estão a preparar o relatório sobre a proposta de LPM e que vai ser discutido hoje em plenário.

Castro Caldas manifestou a convicção de que a proposta do Governo «é a melhor» para reequipar – através do recurso ao sistema de *leasing* – as Forças Armadas, admitindo não estar «no espírito dos grupos parlamentares» questionar essa política.

O documento do Governo atribui quase 285 milhões de contos para reequipamento das Forças Armadas entre 2001 e 2006.

DESENVOLVIMENTO RURAL

Mobilizar investigação para evitar extinção do coelho bravo

O secretário de Estado do Desenvolvimento Rural comprometeu-se, no dia 13, em Santarém e perante milhares de caçadores, a reunir as instituições que fazem investigação em Portugal para se combater internamente a doença que está a dizimar os coelhos bravos.

Vítor Barros, que confessou não ser caçador, defendeu a importância da actividade cinegética para, a par de outras – como a pequena agricultura, os produtos tradicionais de qualidade, a gastronomia, o artesanato, a hotelaria –, contribuir para diminuir as assimetrias do País e promover o desenvolvimento do interior.

Contudo, advertiu os caçadores de que têm de evitar comportamentos que aumentam a hostilidade da opinião pública em relação à caça – que, segundo disse, leva já alguns operadores a reorientarem a sua actividade – e explicar «com serenidade» que a caça feita racionalmente é um instrumento de conservação da natureza e defesa da biodiversidade. Referiu em particular o contributo da legislação actual para o ordenamento do território, sublinhando que três milhões de hectares estão já ordenados em zonas de caça associativa e «pela frente estão mais cinco milhões de hectares».

Elogiando as potencialidades das zonas de caça municipais, afirmou que aprovou já a primeira, a ZCM de Santiago de Rio de Moinhos (Borba), com três mil hectares e que incluiu, apesar de não ser obrigatório, os acordos com os proprietários, estando algumas mais para aprovação.

DESPORTO E JUVENTUDE

Infra-estruturas desportivas regionais com 26 milhões de contos

O ministro do Desporto e da Juventude, José Lello, disse, no dia 13, em Macedo de Cavaleiros, que até 2006 estão disponíveis 26 milhões de contos para a construção de infra-estruturas desportivas regionais.

Segundo o governante, quase metade deste montante (12 milhões de contos) estão afectos à região Norte, no âmbito do terceiro Quadro Comunitário de Apoio, de forma a criar condições para os jovens desfrutarem da valência desportiva, não apenas ao nível da formação e alta competição, mas também na ocupação dos tempos livres.

«Isto para que os jovens possam, através do desporto, ficar imunes a essas vias apelativas que hoje estão tão presentes na sociedade portuguesa e que conduzem sempre a comportamentos desviantes», afirmou, realçando a importância da dimensão social do desporto.

O ministro do Desporto e da Juventude disse que estes incentivos revestem-se de especial importância para as zonas do interior, onde se verificam carências ao nível das condições e equipamentos para a prática do desporto.

A acrescentou, no entanto, que «esta precupação de criar infra-estruturas desportiva nada tem a ver com qualquer compensação ao interior do País, por não ter sido contemplado com os investimentos do Euro 2004».



EQUIPAMENTO SOCIAL

Posturas antidemocráticas no debate sobre o TGV

O ministro do Equipamento Social disse, no dia 11, em Viseu, que «há algumas posturas antidemocráticas» no debate sobre o futuro traçado do TGV (comboio de alta velocidade) em Portugal.

Ferro Rodrigues justificou a acusação, sem especificar a quem se dirigia, embora alegadamente se referisse a autarcas e dirigentes políticos de regiões não contempladas pelas actuais propostas, afirmando que «quando se inicia um debate a dizer que já está tudo decidido, não se tem um sentimento democrático».

O governante, que aludiu ao facto de estar no Ministério do Equipamento Social há «apenas dois meses» para deixar claro que «ainda nada pode ter sido decidido», adiantou, todavia, que «se, durante o debate nacional em curso – sobre o mapa do TGV – surgirem melhores propostas que as actuais, elas serão aceites».

Ferro Rodrigues desafiou os críticos a avançarem com propostas, «porque até agora apenas criticam e não avançam com alternativas».

Uma das questões que para Ferro Rodrigues aparece como fundamental «é o facto de o TGV (comboio de grande velocidade) não se poder transformar em TPV (comboio de pequena velocidade) com paragens em todas as cidades» por causa das reivindicações em catadupa que estão a surgir nesse sentido por parte de vários autarcas.



FINANÇAS

Descida da taxa de juro obriga a maior rigor orçamental

A descida da taxa de juro pelo Banco Central Europeu obrigará «a maior rigor» na política orçamental portuguesa, dado o processo inflacionista «conjuntural» que se vive no País. Foi desta forma que o ministro das Finanças, Pina Moura, reagiu, no dia 11, ao anúncio feito pelo BCE, da descida de 0,25 por cento das taxas de juro.

Na passada dia 10, António Guterres congratulou-se com a decisão do BCE, considerando que reforçará o optimismo das pessoas e das empresas e provava que a economia não estava de rastos, contrariando «os profetas da desgraça», que previam uma «depressão».

PELO PAÍS

Governança Aberta

Pina Moura, que teve durante a manhã uma reunião com os dirigentes distritais e regionais das alfândegas e de finanças, frisou que a baixa de juros pelo BCE torna ainda mais premente a reforma da despesa pública, que o Governo prepara.

Considerando esta reforma como «a outra face» da reforma fiscal em vigor desde 1 de Janeiro, o ministro procurou sensibilizar os funcionários presentes a «participarem» e «dinamizarem» o processo que quer iniciar em Outubro.

A reunião realizada Sexta-feira em Santarém ocorre já na fase final do conjunto de encontros de trabalho iniciado em Janeiro e que, segundo Pina Moura, «tem sido muito útil, para conhecer o estado de espírito e as dificuldades» sentidas pelos dirigentes da administração fiscal no terreno.

O ministro considerou «positivo» o balanço da aplicação da reforma fiscal, «quanto ao conteúdo e operacionalização», com resultados «já muito palpáveis» no recibo dos ordenados dos que trabalham por conta de outrem, mas também no imposto sobre os lucros das empresas.

HABITAÇÃO

Novo guia de concepção ambiental

A secretária de Estado da Habitação, Leonor Coutinho, apresentou, no dia 14, o Guia de Concepção Ambiental, que pretende ser um contributo para que os espaços verdes correspondam às necessidades das populações.

O Guia foi apresentado na cerimónia de abertura das II Jornadas Técnicas de Construção e Manutenção de Espaços Verdes, que decorreu na Escola de Hotelaria do Estoril.

Segundo Leonor Coutinho, «os grandes espaços urbanos, as praças ajardinadas ou os espaços verdes de enquadramento são parte integrante da cidade como locais de encontro, partilha, lazer e coesão social». Neste contexto, a governante considerou «vital» a experiência adquirida pela Secretaria de Estado da Habitação que criou e geriu, entre 1996 e 2001, os programas de qualificação dos bairros de arrendamento público, com apoio da União Europeia.

«Assim, foi possível não só dotar de equipamentos sociais e desportivos os novos bairros de realojamento, como promover a realização de parques urbanos e espaços exteriores, qualificando zonas que eram anteriormente excluídas», declarou Leonor Coutinho.

«Nos últimos quatro anos, foi possível, em parceria com as autarquias, criar espaços verdes de enquadramento e praças ajardinadas junto aos bairros mais pobres, em 24 municípios», afirmou a secretária de Estado.

Leonor Coutinho sublinhou o trabalho feito nos parques urbanos da Pasteleira, no Porto, no parque de Ermesinde e nos parques de Casal de Cambra, Pendão e Casal de São José, em Sintra.

A análise dos projectos financiados e as práticas de concepção e manutenção de espaços verdes urbanos, conduziram a Secretaria de Estado da Habitação a produzir o Guia de Concepção Ambiental, que pretende ser um guia prático para a criação de espaços exteriores ambientalmente sustentáveis.



PRESIDÊNCIA CM

Mais investimento em comunidades privadas contra a droga

O Governo pretende concluir a rede pública de tratamento aos toxicodependentes em 2002 e vai intensificar este ano o plano de investimentos na rede privada, esperando atingir, até Junho, as 1225 camas convencionadas.

O anúncio foi feito, no dia 12, pelo secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros, que se deslocou a Abrantes para inaugurar as novas instalações da comunidade terapêutica de Senteiras.

É uma unidade integrada no «Projecto Homem», liderada pelo cônego José da Graça, e que aumentou o seu número de camas de 25 para 65, 52 das quais convencionadas (em que o estado apoia a 80 por cento o custo mensal de internamento, num valor de 132 mil escudos).

Vitalino Canas, que tutela a área da droga e da toxicod dependência, anunciou um «plano de intensificação de investimentos» às comunidades terapêuticas de iniciativa particular para este ano, afirmando que, entre Maio e Junho, serão assinadas convenções para mais 170 camas, aumentando a capacidade instalada para 1225 (15 por cento), «além do que a lei determina (1050)».

Actualmente existem 1950 camas em comunidades terapêuticas, 1050 das quais convencionadas, referiu Vitalino Canas.

Segundo disse, está também a ser preparado um programa que irá permitir um «grande aumento», mais 54 camas, para unidades de desintoxicação, o que representa um acréscimo de quase 100 por cento em relação à situação actual, uma vez que existem 55.



JUSTIÇA

Até 2003 abrirão 31 gabinetes médico-legais

O secretário de Estado da Justiça, Diogo Lacerda, reiterou no dia 11, em Évora, a intenção do Governo em abrir, até 2003, 31 gabinetes médico-legais em todo o País, incluindo dois nos Açores e um na Madeira.

Diogo Lacerda falava após inaugurar o Gabinete Médico-Legal de Évora, localizado em instalações anexas ao hospital distrital, o décimo já aberto no País e que abrange uma área de seis comarcas.

A abertura dos gabinetes, assim como a criação do Instituto Nacional de Medicina Legal, com sede em Coimbra, e das delegações de Lisboa, Porto e Coimbra, está integrada na reestruturação da Medicina Legal, que começou com a publicação da Lei Orgânica do Ministério da Justiça, em Julho do ano passado, referiu o governante.

Diogo Lacerda destacou que a iniciativa do Executivo visa, além da melhoria do serviço, a descentralização da Medicina Legal, aproximando-a das pessoas.

Até porque, segundo disse, actualmente «a Medicina Legal incide sobretudo nos vivos», uma vez que 90 por cento das perícias efectuadas são em pessoas vivas, sendo os restantes 10 por cento relativos a autópsias.

Para a operacionalização do gabinete de Évora, composto por vários peritos, foi celebrado um protocolo entre o hospital distrital e o Instituto Nacional de Medicina Legal.

CONSELHO DE MINISTROS

Reunião de 10 de Maio

O Conselho de Ministros aprovou:

- Uma resolução que aprova a Estratégia Nacional para as Alterações Climáticas;
- Uma proposta de lei que autoriza o Governo a aprovar um novo Código de Justiça Militar, a revogar a legislação existente sobre a matéria e a aprovar a legislação conexas;
- Uma proposta de lei que altera a Lei de Organização e Funcionamento dos Tribunais Judiciais;
- Um projecto de decreto-lei que aprova o Estatuto da Polícia Judiciária Militar;
- Uma proposta de lei que altera o regime penal da falsificação da moeda;
- Um decreto-lei que cria um regime excepcional para a execução, em regime de empreitada, das obras necessárias à construção da nova ponte sobre o Rio Douro em Entre-os-Rios;
- Um decreto-lei que constitui a Sociedade Polis Covilhã, SA, Sociedade para o Desenvolvimento do Programa Polis na Covilhã, sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos;
- Um diploma que altera o decreto-lei que estabelece as regras gerais de aplicação do Plano de Desenvolvimento Rural, abreviadamente designado por RURIS;
- Um decreto-lei que adita alguns países e respectivas estruturas indiciárias ao anexo a que se refere o n.º 2 do artigo 63º do Estatuto do Pessoal dos Serviços Externos do Ministério dos Negócios Estrangeiros;
- Um decreto-lei que estabelece o regime jurídico de acesso e exercício da actividade de prestação de serviços com veículos pronto-socorro;
- Um diploma que altera o artigo 8º do decreto-lei que aprova o modelo de passaporte temporário;
- Um decreto-lei que aprova o Regime Geral das Políticas de Prevenção e Redução de Riscos e Minimização de Danos;
- Um decreto que exclui do Regime Florestal Parcial uma área de 2,57 hectares de terreno situado na freguesia de Mourão, concelho de Mourão, integrada no Perímetro Florestal de Mourão e que se destina à construção de uma nova via de comunicação – restabelecimento da rede viária do Alqueva;
- Um decreto que declara área crítica de recuperação e reconversão urbanística o núcleo histórico da freguesia das Lapas, no município de Torres Novas;
- Um decreto que declara área crítica de recuperação e reconversão urbanística os núcleos urbanos da Ribeira de Santarém e de Alfange e concede ao município de Santarém o direito de preferência nas transmissões a título oneroso, entre particulares, dos terrenos ou edifícios situados na mesma área;
- Uma proposta de resolução que aprova, para adesão, a Constituição da União Postal das Américas, Espanha e Portugal, modificada pelos Protocolos Adicionais de Lima – 1976, Manágua – 1981, Havana – 1985, e Buenos Aires – 1990, bem como do V Protocolo Adicional à Constituição da União Postal das Américas, Espanha e Portugal, adoptado pelo Congresso de Montevideo – 1993.
- Uma resolução que ratifica uma alteração ao Plano de Pormenor da Zona Industrial de Vagos;
- Uma resolução que ratifica parcialmente o Plano de Pormenor do Passil Norte;
- Uma resolução que ratifica uma alteração ao Plano Director Municipal de Alandroal;
- Uma resolução que altera a composição da Comissão Interministerial para coordenação, acompanhamento e avaliação da realização da fase final do Campeonato da Europa de 2004;
- Uma resolução que declara o dia 15 de Maio como Dia da Latinidade, na sequência de uma resolução adoptada pelo XIX Congresso da União Latina.

NOVO CÓDIGO DE JUSTIÇA MILITAR

O Conselho de Ministros aprovou, no dia 10, uma proposta de lei que autoriza o Governo a fixar um novo Código de Justiça Militar e revogar a legislação existente sobre a matéria, bem como a estabelecer a legislação conexa.

Este diploma vem realizar o desiderato da revisão constitucional de 1997, de integração do sistema de justiça militar no sistema penal comum.

Esse desiderato é o da extinção dos tribunais militares em tempo de paz – com o consequente cometimento da jurisdição em matéria penal militar aos tribunais judiciais – e da concretização legal do conceito de «crime estritamente militar».

O novo Código de Justiça Militar (CJM) considera crime estritamente militar «o facto lesivo dos interesses militares da defesa nacional e dos demais que a Constituição comete às Forças Armadas e como tal qualificado por lei».

Os crimes estritamente militares definem-se, assim, por conexão estreita com os valores da instituição militar constitucionalmente afirmados, os que se recortam na estrutura e funcionalidade dessa instituição em ordem àqueles valores.

O novo código ordena-se ao imperativo constitucional de uma horizontalização da justiça penal, ou seja, da inclusão possível do direito penal militar no direito penal comum.

Perante o Código Penal (CP) e o Código de Processo Penal (CPP) – em regra aplicáveis – o CJM tem carácter de excepção. Ali onde se não convoca a Parte Geral do CP ou o CPP é porque existe uma justificação



constitucional. O resultado da nova política legislativa, que em tais pressupostos assenta, é a notável redução do CJM em vigor.

Sublinhe-se a enorme extensão do actual Código (cerca de 400 artigos) que, como se sabe, inclui normas substantivas e de processo, normas de administração e organização judiciárias, tipos penais de «textura» ampla que já não correspondem ao desafio do conceito constitucional de crime estritamente militar.

Aproximar cidadela militar da cidade civil

O novo código reformula, em toda a linha, a velha ordem do direito penal militar. Aproximando a «cidadela militar» da «cidade civil», segundo a filosofia constitucional de

modernização das Forças Armadas num Estado de Direito democrático, ele refunde a normação em vigor: elimina e simplifica tipos, chama a regulação geral do direito penal e processual penal comuns e só subsiste autónomo em homenagem a um princípio de arrumação e economia de sistema, a servir de apoio à interpretação e à aplicação. Em termos sucintos são objectivos deste diploma:

- Observar e concretizar os princípios constitucionais e as normas constantes de instrumentos internacionais relativos aos direitos da pessoa humana a que Portugal se encontra vinculado;
- Aproximar a lei penal militar da lei penal comum;
- Introduzir novos tipos de crime, face à revelação de novos bens jurídicos ou de novas modalidades de agressão ou de

perigo ou à necessidade de respeitar compromissos internacionais ou em vias de serem;

- Reduzir o número dos tipos legais de crime actualmente previstos no CJM, através do recurso a novas formas de articulação que evitem a proliferação de tipos afins;
- Melhorar, relativamente ao CJM em vigor, a colocação sistemática dos tipos legais de crime em função da relativa preeminência dos valores e interesses protegidos com a incriminação;
- Reduzir as espécies de molduras penais aplicáveis, procurando ainda não criar uma amplitude desmesurada entre os limites mínimo e máximo;
- Reduzir ao máximo o recurso aos conceitos indeterminados ou às cláusulas gerais em certos tipos de crimes ou, quando tal seja necessário, introduzir, na Parte Geral, definições dos conceitos utilizados, assim se procurando consagrar critérios de maior certeza na aplicação das penas e evitar indesejáveis divergências jurisprudenciais. No novo CJM aplicam-se à GNR os crimes nele previstos quando praticados em tempo de guerra, incluindo situações de emergência e missões internacionais e os crimes que, em tempo de paz, poriham em causa a defesa nacional. Não se aplicam, todavia, as normas respeitantes à violação dos deveres de disciplina, em consonância com a orientação já seguida aquando da aprovação de um estatuto disciplinar autónomo para a GNR, dada a sua natureza de Força de Segurança responsável pela manutenção da ordem pública e prevenção e investigação criminais.

HONRAR QUIOTO

O Governo aprovou, no dia 10, em reunião de Conselho de Ministros, a Estratégia Nacional para as Alterações Climáticas.

A necessidade de estabelecer estratégias orientadas para o combate ao fenómeno das alterações climáticas tem vindo a ser reconhecida a nível mundial e concretizada, não apenas pelo estabelecimento de instrumentos de regulação, elaborados e aprovados em Conferências Internacionais promovidas pela Organização das Nações Unidas ao longo dos últimos dez anos, mas ainda à escala dos Estados que, por força do seu maior grau de desenvolvimento económico e social, se comprometeram a tomar medidas de acção no sentido de fazer inverter, decisivamente, a tendência de crescimento das emissões dos gases responsáveis pelo efeito de estufa. Signatário da Convenção Quadro das

Nações Unidas para as alterações climáticas, estabelecida em 1992, na Conferência de Rio sobre Ambiente e Desenvolvimento, bem como do Protocolo de Quioto, fixado em 1997 na III Conferência das Partes aderentes àquela Convenção-Quadro, Portugal, conjuntamente com os restantes Estados-membros e a própria União Europeia (UE), aceitou o compromisso de controlar as emissões dos gases com efeito de estufa, através da aplicação dos instrumentos que se viessem a revelar necessários para atingir os objectivos de redução daquelas emissões que lhe foram consignados em Quioto.

Beneficiando da possibilidade de ver as suas emissões agregadas no cômputo da UE, responsável no seu todo por um objectivo de redução de 8 por cento, com base nos valores de 1990 e fixado para o chamado primeiro período de

cumprimento (2008-2012), Portugal está obrigado ao compromisso de conter o aumento das suas emissões próprias em 27 por cento, naquele mesmo período.

A estratégia definida pelo Executivo socialista passa, em primeiro lugar, por garantir que o Estado Português está determinado a honrar os seus compromissos internacionais e, ao mesmo tempo, que assume o seu papel indissociável de agente regulador das acções que importa sejam assumidas pelos diferentes sectores de actividade e pelos cidadãos, mantendo presente a preocupação de reduzir ao mínimo indispensável os eventuais impactos negativos sobre a sociedade no seu todo. Neste contexto, a Estratégia Nacional para as Alterações Climáticas reitera os compromissos internacionais assumidos pelo Estado Português no quadro do Protocolo de Quioto, estabelecendo como

objectivos principais a criação de condições que permitam cumprir o objectivo de limitação das emissões de gases com efeito de estufa; a dinamização da observação e do estudo do clima e a caracterização da vulnerabilidade do nosso território.

Alargar o alcance das Políticas e Medidas de âmbito sectorial; potenciar o recurso aos mecanismos de mercado referidos no Protocolo de Quioto; estudar os sistemas de gestão florestal e de uso agrícola do solo; alargar a informação ao público aos sectores mais jovens da sociedade; são outras metas fixadas pelo nosso país neste sector, a par da ampliação do papel da Comissão para as Alterações Climáticas; do estabelecimento de uma estrutura operacional para as alterações climáticas; e do desenvolvimento e aperfeiçoamento de um sistema de informação e comunicação.

DEPUTADO FRANCISCO ASSIS

Congresso do PS

UM PARTIDO MODERNO E COM PROJECTO



O líder da bancada do PS, Francisco Assis, afirmou no dia 9, no Parlamento, que o XII Congresso do partido «decorreu numa altura de particular importância na nossa vida pública, quando ao PS incumbem, por vontade expressa dos portugueses, tarefas da maior responsabilidade na governação do País, da Região Autónoma dos Açores e de um número significativo de autarquias locais». Durante três dias, frisou, «assistimos a um debate vivo, intenso, nalguns instantes até mesmo acalorado, como é próprio de um grande partido que reconhece no pluralismo de opiniões que o estrutura e percorre uma das mais genuínas manifestações da sua própria matriz genética e sempre estabeleceu o princípio da tolerância democrática e liberal, como princípio regulador das suas inevitáveis e até mesmo desejáveis tensões internas». «Ancorado doutrinarmente num núcleo de valores fundadores de clara identidade socialista, laica e republicana o PS tem sabido ao longo dos seus 28 anos de existência promover as alterações programáticas reclamadas pela necessidade de permanente adaptação a uma realidade em contínua mudança», disse. Segundo Assis, o PS é hoje «um partido socialista moderno, plenamente aberto à sociedade, atento às novas questões emergentes e dotado de um projecto político que se nos afigura o mais adequado em ordem à superação dos atrasos estruturais que ainda afectam a sociedade portuguesa e à promoção de um desenvolvimento mais justo e solidário». Ao longo dos últimos seis anos, referiu Assis,

«temos vindo a aplicar esse projecto que visa aumentar a competitividade da sociedade e da economia, pela via da acrescida qualificação das pessoas e da modernização das empresas e instituições públicas, reforçar a coesão social, através da promoção do emprego e do combate à pobreza e à exclusão e credibilizar o sistema político, por recurso a inovações que o tornem mais aberto, transparente e responsabilizante». Deste Congresso, sublinhou, saiu «um PS ainda mais empenhado em prosseguir o desígnio nacional que a si próprio, enquanto partido investido em responsabilidades governativas, se impôs: recuperar, no tempo de uma geração, o atraso estrutural que ainda nos afasta dos países mais prósperos da Europa». «Como afirma o secretário-geral, António Guterres, na moção que apresentou ao Congresso e suscitou uma esmagadora adesão dos militantes, o séc. XXI tem de afirmar-se como o da consagração de Portugal entre os países mais evoluídos e dinâmicos», frisou. Segundo referiu Assis, os socialistas reconhecem «a importância fundamental da economia de mercado», mas atribuem ao Estado «um papel relevante e insubstituível na promoção de políticas públicas que permitam reforçar o desenvolvimento, a modernização e a coesão social». «Queremos um Estado activo, ao serviço das necessidades dos indivíduos e da comunidade, preocupado com a modernização estrutural do país e com a promoção da solidariedade social, mas rejeitamos um Estado mastodónico que sugue as energias e os recursos da sociedade portuguesa», acrescentou. **J. C. C. B.**

DIREITOS CÍVICOS

Capacidade eleitoral passiva

LEGISLAÇÃO PARA MILITARES APROVADA NA GENERALIDADE

A Assembleia da República aprovou na generalidade, no dia 10, várias propostas de lei que alargam o âmbito dos direitos cívicos para militares incluindo a capacidade eleitoral passiva. Para debate na especialidade em comissão seguiram uma proposta do Governo e cinco projectos de lei do PCP, CDS-PP e do PSD, sem que se registassem votos contra, embora a bancada laranja se tivesse absteído relativamente ao projecto do PCP partido que, com as bancadas do PEV e do BE, respondeu da mesma forma às iniciativas do grupo parlamentar do PSD. A oposição do PS inviabilizou um projecto de resolução do PEV, sobre extracção de areias em meio hídrico, mas Os Verdes



conseguiram fazer aprovar em plenário uma outra iniciativa, embora com alterações introduzidas pelos socialistas, relativamente à instalação de sistema de controlo de tráfego marítimo.

DEPUTADO ANTÓNIO MARTINHO

Agricultura

REFORMA DA PAC QUE PRIVILEGIE AGRICULTURA FAMILIAR



O deputado do PS António Martinho defendeu no dia 10, no Parlamento, uma reforma da Política Agrícola Comum (PAC) que privilegie a agricultura familiar. O camarada António Martinho falava durante o debate realizado no plenário da AR em que o ministro da Agricultura, Capoulas Santos, fez a apresentação das propostas de alteração à actual PAC que apresentou em Bruxelas. Na sua intervenção, o deputado do PS destacou algumas virtualidades da proposta e referiu, designadamente, que ela «privilegia o apoio à produção de qualidade e a segurança alimentar, defende claramente a agricultura familiar, a multifuncionalidade da agricultura e assume que a produção de bens alimentares passa por uma agricultura sustentável, não agressiva do ambiente, adequada ao meio em que se desenvolve».

Por outro lado, considerou os três critérios que presidem a esta nova proposta – qualidade, ambiente e emprego – como muito importantes, quer no quadro nacional quer no europeu ou mundial. Tendo como pano de fundo a realidade da região de Vila Real, uma das zonas do País que a actual política agrícola comum não favorece, o deputado do PS caracterizou a actual PAC, que absorve quase metade do orçamento comunitário, como «iníqua, ineficiente e anticeoesão».

Actual PAC é iníqua e anticeoesão

António Martinho considerou as propostas agora apresentadas como um modelo verdadeiramente alternativo à actual política agrícola comum, mas afirmou que agora é preciso que o Governo dê «os passos necessários para o sucesso desta iniciativa», esperando também que a Comissão Europeia e o Conselho de Ministros compreendam o seu verdadeiro alcance. **J. C. C. B.**

DEPUTADA PAULA CRISTINA DUARTE

Cooperação

SOCIALISTAS PROTESTAM CONTRA EMBARGO AMERICANO A CUBA



A deputada socialista Paula Cristina Duarte protestou, no passado dia 11, na Assembleia da República, contra o bloqueio imposto pelos Estados Unidos ao povo

de Cuba. «O que está em causa, independentemente das orientações políticas de cada Estado, é o povo de Cuba, um povo cercado, amargurado que sofre no seu dia a dia», observou, incentivando o hemiciclo a protestar contra o bloqueio mediante a ratificação do acordo em discussão.

Advogando pela cooperação à escala mundial, a parlamentar socialista recordou que um dos principais desafios que se colocam a Portugal é o de conciliar a dinâmica própria do processo de integração europeia com a capacidade de diversificar as suas relações com outras regiões do globo. Neste contexto, chamou a atenção para o facto de que Cuba é, cada vez mais, um destino de investidores, mas também um destino de férias dos portugueses. «que começam a compreender melhor os dramas do povo cubano». Assim, em nome do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, Paula Cristina Duarte qualificou como «benéfica» para ambos os Estados, a ratificação da convenção entre Portugal e Cuba em matéria tributária, pois «funda-se nos princípios constitucionais e de cooperação para o progresso da humanidade que regem as relações internacionais no nosso país».

Adoptando a criação da ALCA – Área Livre de Comércio das Américas. A deputada do GP/PS esclareceu que o protesto contra a intolerância e o bloqueio incentivado pelos EUA não implica um apoio ao regime castrista, «que tem contornos discutíveis e censuráveis».

MARY RODRIGUES

RABAT

VI Cimeira Luso-Marroquina

PORTUGAL FOI O PRIMEIRO INVESTIDOR PRIVADO EM 1999

O investimento privado português em Marrocos aumentou significativamente na última década, ascendendo em 1999 a cerca de 500 milhões de dólares (cerca de 112,5 milhões de contos), segundo dados divulgados pelas autoridades de Rabat.

Tal montante representa 27,5 por cento do total de investimentos privados no país, o que permitiu a Portugal tornar-se no primeiro investidor privado de Marrocos naquele ano, à frente da França, Holanda e Espanha.

Este aumento deve-se sobretudo ao investimento de 445 milhões de dólares (cerca de 100 milhões de contos) da empresa Portugal Telecom, feita em 1999 no âmbito da aquisição da segunda licença GSM em Marrocos, em conjunto com a Telefónica.

Segundo os dados oficiais, durante a última década, várias foram as empresas portuguesas que investiram também em Marrocos, destacando-se os grupos EDP e Pleiade, que investiram, cada um deles, 2,4 milhões de contos.

As duas empresas, em parceria com uma outra espanhola, estão a gerir um consórcio que está encarregado da distribuição de água e electricidade e saneamento básico da região de Rabat/Salé.

Por outro lado, há também a registar os 51 por cento da Societé Marocaine des Fertilisants (FERTIMA), que representa um montante de 23 milhões de dólares (cerca de 5,17 milhões de contos).



A quota foi cedida pelo Ministério do Sector Público e das Privatizações de Marrocos a um consórcio luso-marroquino em que participam as empresas

portuguesas Adubos - Empresa de Fertilizantes Portugueses) e o Banco Português de Investimentos (BPI).

A nível de parcerias, e na década de 1990

a 1999, Portugal está classificado no terceiro lugar dos investidores estrangeiros em Marrocos, com uma taxa de participação de 9,02 por cento, atrás da França (22,33 por cento) e dos Estados Unidos (11,74 por cento).

Com todo este cenário, e nos últimos dois anos, o número de empresas portuguesas que investiram em Marrocos não tem parado de aumentar.

Neste período, cerca de 250 empresas portuguesas deslocaram-se em missões de avaliação ou comerciais a Marrocos, tendo oito delas já iniciado os seus investimentos no país.

Entre elas, está a Yazaki Portugal, especializada na produção de acessórios para automóveis, que investiu 15 milhões de dólares (cerca de 3,37 milhões de contos). Por outro lado, as relações comerciais entre os dois países estão também a intensificar-se, embora em 1999 representassem apenas 0,10 por cento das trocas comerciais entre Marrocos e a União Europeia (UE), mesmo depois de o volume global das transacções ter aumentado 18 por cento de 1998 para 1999.

Portugal era, em 1999, o 16º cliente de Marrocos, pelo que Lisboa e Rabat estão sensíveis à ideia de que é necessário dinamizar o comércio bilateral, através das oportunidades oferecidas nos sectores da exportação e importação.

Quanto ao turismo, o número de portugueses que visitou Marrocos ascendeu, em 1999, a 31 mil, contra 25 mil no ano anterior.

PAÍSES MENOS AVANÇADOS

Kofi Annan alerta

ABERTURA DE MERCADOS É INSUFICIENTE PARA SUPERAR POBREZA

O secretário-geral das Nações Unidas, Kofi Annan, afirmou no dia 14, em Bruxelas, que os investimentos estrangeiros e a abertura de mercados são insuficientes para conseguir que os Países Menos Avançados (PMA) superem a situação de extrema pobreza.

Annan intervinha na Mesa-Redonda sobre os resultados da luta contra a pobreza nos últimos 30 anos, que decorreu durante a III Conferência da ONU sobre as PMA, em Bruxelas, com a presença de 49 países, entre os quais se incluem os cinco Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP).

«Estou convencido de que, sem comércio, os PMA não atraem investimentos e não serão capazes de crescer. No entanto,



embora o acesso aos mercados seja necessário, não é suficiente».

O secretário-geral da ONU salientou que muitos dos PMA «sofrem de crises de saúde crónicas», sobretudo devido ao contínuo avanço da sida.

«Em grande parte de África, a sida é mais do que uma crise de saúde», afirmou Annan, que expressou confiança em que, na próxima sessão especial sobre sida que decorrerá nas Nações Unidas em Junho, se consiga «uma estratégia global para enfrentar a enfermidade».

A conferência das Nações Unidas é a terceira organizada sobre os PAM, depois das de Paris, em 1981 e 1991, que se traduziram em grande parte em falhanços.

Desta vez, pretende-se elaborar um

programa de acção menos ambicioso mas mais concreto, com um sistema de vigilância para acompanhar os esforços feitos pela comunidade internacional e os países envolvidos.

Segundo números da ONU, os países menos avançados passaram de 21, em 1971, para 49 actualmente, dos quais 34 pertencem ao continente africano: Angola, Benim, Burkina Faso, Cabo Verde, República Centro-Africana, Comores, República Democrática do Congo, Djibouti, Etiópia, Eritreia, Gâmbia, Guiné-Conacri, Guiné-Bissau, Guiné-Equatorial, Lesoto, Libéria, Madagáscar, Malauí, Mali, Mauritânia, Moçambique, Níger, Uganda, Ruanda, S. Tomé e Príncipe, Senegal, Serra Leoa, Somália, Sudão, Tanzânia, Chade, Togo e Zâmbia.

BRUXELAS

Alargamento da UE

GAMA EM DEFESA DAS NOSSAS REGIÕES MENOS DESENVOLVIDAS

Portugal e Espanha mostraram-se no dia 14 dispostos a atrasar as negociações de alargamento da União enquanto os Quinze não garantirem a continuação das ajudas estruturais às suas regiões menos desenvolvidas após 2006.

Segundo Jaime Gama, para Portugal é «essencial» que os Quinze «reconheçam» que há um problema e cheguem a acordo sobre uma «metodologia» e um «prazo» para o resolver.

«Gostaríamos que a questão fosse resolvida até à Cimeira de Gotemburgo (15-16 de Junho próximo)», disse Jaime Gama em conferência de imprensa na capital belga, à margem da reunião dos ministros dos Negócios Estrangeiros da União Europeia.

«Não anunciamos que vetamos previamente mas se for necessário vetamos», disse Jaime Gama referindo-se à posição comum que os Quinze têm de tomar sobre a livre circulação de trabalhadores, no âmbito das negociações com os candidatos à adesão na UE.

O chefe da diplomacia portuguesa precisou que o que está em causa por enquanto não são montantes mas sim um compromisso em como os Quinze terão em consideração esta «sensibilidade».

Portugal e Espanha afirmam que não há uma ligação directa entre os fundos estruturais e a livre circulação de trabalhadores preferindo falar de um «conjunto» ou «pacote» que tem de ser resolvido.

Por seu lado, a Alemanha, o Estado-membro que mais contribui para os cofres comunitários, voltou a reafirmar não aceitar

discutir a questão antes de 2004, quando esta for negociada no quadro das discussões do próximo quadro financeiro da UE, para 2007-2013.

A adesão à UE de 10 países da Europa Central e Oriental e as ilhas de Chipre e Malta irá provocar uma diminuição do rendimento médio da União, ficando muitas das regiões que hoje são pobres a ser consideradas como ricas, sem ter direito a receber os fundos de Bruxelas.

Para evitar este cenário, o primeiro-ministro espanhol, José Maria Aznar, tomou a iniciativa de apresentar um memorando onde se pedem garantias em como as regiões mais pobres da actual União vão manter o mesmo nível de apoios apesar de matematicamente passarem, depois do alargamento a ser consideradas mais prósperas.

«Este assunto foi levantado por Espanha e nós secundamos a posição espanhola», afirmou Jaime Gama.

A Espanha resolveu levantar esta questão depois da Alemanha e a Áustria terem pedido um período de transição de sete anos antes de aceitar a livre circulação de trabalhadores de Leste no seu território. Berlim e Viena receberam a invasão de mão-de-obra barata proveniente de Leste com o alargamento da UE.

«Pensamos que a livre circulação de trabalhadores pode ser no dia seguinte ao da adesão», disse Jaime Gama, afirmando «compreender a sensibilidade alemã e austríaca» mas ao mesmo tempo «esperar que eles também compreendam» a sensibilidade dos três países mediterrânicos.

BRUXELAS

Eurodeputados socialistas

APROVADO RELATÓRIO DE SEGURO SOBRE O TRATADO DE NICE

O relatório sobre o Tratado de Nice e o futuro da União Europeia de que o eurodeputado socialista António José Seguro é co-autor foi aprovado com 23 votos a favor, quatro contra e duas abstenções pela Comissão de Assuntos Constitucionais do PE.

Entre as linhas de força deste relatório, destaque para a exigência da convocação de uma Convenção - no início de 2002 - constituída por membros dos parlamentos nacionais, do PE, da Comissão Europeia e dos governos nacionais, com a função de preparar a próxima revisão dos tratados;

a atribuição a esta Comissão do mandato de apresentar à próxima CIG uma proposta constitucional apoiada no resultado do amplo debate público sobre o futuro da Europa que, entretanto, se realizará; o apelo a que a CIG para a revisão dos tratados tenha o seu início já em 2003, e não em 2004, tal como proposto em Nice; a afirmação da necessidade de os países candidatos ao alargamento se associarem plenamente ao processo de preparação da CIG de 2003; e a insistência para que a Carta dos Direitos Fundamentais seja incluída nos tratados.

REINO UNIDO

New Labour

BLAIR PROMETE «MUDANÇAS RADICAIS» SE FOR ELEITO

O primeiro-ministro britânico, Tony Blair, comprometeu-se a realizar, caso seja eleito para um segundo mandato, em 7 de Junho, «mudanças radicais» ao serviço daquilo que ele classifica de «meritocracia», dando a cada cidadão a possibilidade de desenvolver os seus talentos e capacidades.

No seu primeiro grande discurso de campanha, o líder do Partido Trabalhista retomou o espírito do seu programa eleitoral: «Fazer da Grã-Bretanha uma autêntica meritocracia em que as pessoas possam desenvolver ao máximo os seus talentos, em que façamos tombar todas as barreiras, todos os obstáculos à nossa grande ideia: o desenvolvimento do potencial humano.»

O primeiro-ministro, que falava no seu círculo eleitoral de Sedgefield, nordeste da Inglaterra, resumiu os grandes objectivos de um seu segundo mandato: a estabilidade económica e o pleno emprego, o prosseguimento dos investimentos nos serviços públicos, nomeadamente a educação, a justiça e a

saúde, bem como um papel motor no seio da Europa.

Num discurso mais filosófico que pragmático, recheado de anedotas pessoais, Blair evocou o seu próprio percurso político, nomeadamente na transformação do Partido Trabalhista naquilo que classificou de um partido de governo moderno, conciliando a eficácia económica com a justiça social.

Não somos cripto-thatcherianos

«Não somos cripto-thatcherianos, nem socialistas à moda antiga.

Somos aquilo em que acreditamos. Somos meritocratas. Queremos dar o poder ao povo. Deveríamos celebrar, não só os que são bem nascidos, mas também os que trabalharam bem», exortou. «A nossa ideologia consiste em desenvolver o espírito humano até aos seus limites naturais, em construir a riqueza e a prosperidade do nosso país apostando nas capacidades de cada um», insistiu.



BRUXELAS

Indústria

QUINZE ESTUDAM AJUDAS A ESTALEIROS EUROPEUS EM PERDA

Os ministros da Indústria da União Europeia examinaram, na segunda-feira, em Bruxelas, a proposta de estender as ajudas públicas aos estaleiros navais europeus afectados pela concorrência da Coreia do Sul.

Os ministros da Energia e da Indústria dos Quinze reunidos na capital comunitária manifestam o seu apoio à decisão da Comissão Europeia de levar a questão à Organização Mundial do Comércio (OMC) se não conseguir um acordo com as autoridades sul-coreanas até ao final de Junho.

O executivo comunitário anunciou na semana passada a sua intenção de propor

ao conselho de ministros a aprovação de um «mecanismo temporário» de ajudas aos estaleiros europeus que sofrem as consequências da queda dos preços internacionais provocado pela concorrência da Coreia do Sul. Este sistema de ajudas estaria em vigor, segundo a proposta da Comissão, durante o tempo que demorasse o contencioso na OMC.

A reunião de segunda-feira ficou também marcada pela discussão dos ministros da Energia acerca do aprovisionamento energético e a liberalização dos mercados de gás e electricidade.



OS TRATADOS EUROPEUS REVISITADOS QUAL O PAPEL DA EUROPA NO MUNDO GLOBALIZADO?

Vivemos num mundo global que enfrenta dois problemas cruciais. Para definir sucintamente a situação, diria que o nosso mundo continua a estar politicamente desestruturado e economicamente desregulado. Permitam-me explicar porquê. Está politicamente desestruturado porque não existem organizações políticas mundiais fortes e apenas existe um único poder hegemónico. Está economicamente desregulado porque o desenvolvimento de um mercado global não foi complementado com a introdução de formas e mecanismos de regulação global adequados.

Ao analisar-se a forma como os mercados nacionais funcionam, verifica-se-á que eles são regulados ou supervisionados pelo Estado e pela lei. Além disso, estão sob a constante vigilância de uma sociedade civil organizada. Por outras palavras: existe um conjunto de procedimentos de controlo que asseguram aquilo a que chamamos a «coesão nacional».

Se olharmos para o mercado global verificaremos que não existe nada de comparável a uma estrutura do Estado que intervém como um mecanismo regulador. E, o que é talvez ainda pior, as organizações internacionais destinadas a monitorizar esse mercado continuam a ser, pelo menos actualmente, demasiado frágeis para o fazer eficazmente.

Mais: não existe uma «sociedade civil mundial», equivalente àquelas que tanto apreço nos merecem nos nossos próprios países e com a mesma capacidade para desempenhar um papel significativo, embora existam, aqui e ali, algumas indicações de que uma «consciência global» sobre questões específicas - como a protecção do ambiente, por exemplo - começa gradualmente a surgir. A actual estrutura política mundial, na minha opinião, não está porém a conseguir garantir estabilidade, democracia e respeito pelos direitos humanos generalizadamente. Estes são os valores essenciais que têm que ser totalmente protegidos e reacçados.

O quadro torna-se ainda mais complexo se tivermos presente que o nosso mundo, economicamente desregulado, se insere num cenário de crescente riqueza, produtividade e comércio mas, simultaneamente, de uma pobreza alargada a nível mundial e da intensificação do dualismo entre as regiões ricas e pobres do globo. Isto é igualmente sentido em diversas sociedades individuais, nas quais algumas regiões, sectores e até pessoas, enfrentam o risco de ficar para trás. E o facto de a globalização estar a ocorrer num período de transição para a chamada economia baseada no conhecimento, agrava a situação.

Parece um tanto contraditório que, enquanto o conhecimento se torna o factor principal para criar riqueza, seja também ele o principal responsável pelo aumento do fosso que separa os ricos dos pobres, criando uma nova forma de exclusão: o chamado «digital-devide», ou os «info-excluídos», sejam eles as pessoas, as regiões, ou os países. Num processo com alguns pontos em



comum com a revolução industrial do século dezoito, estamos numa era em que as novas tecnologias, de comunicação e de informação, estão a acelerar uma quantidade incrível de conhecimentos, de uma forma sem precedentes e a injectá-los nos processos produtivo e social.

Este é, creio eu, o estado do mundo. Não o qualifiquei porque estamos a tratar de factos concretos e a realidade dos factos não pode ser discutida. No entanto, isto não significa necessariamente que não se deva regular a globalização, muito pelo contrário. E poderão, com toda a razão, perguntar como é que o podemos fazer.

Permitam-me que lhes apresente algumas ideias sobre esta questão. Como já disse, o nosso mundo contemporâneo está politicamente desestruturado. Isto significa que se quisermos criar algum tipo de regulação estruturada, aceitável por todos, uma das primeiras coisas que temos que fazer é fortalecer o papel das organizações internacionais ou, pelo menos, o papel de algumas delas. Com efeito, com base nos seus próprios processos de criação, natureza e objectivos, as organizações internacionais têm uma legitimidade de actuação que tende a ser universalmente aceite.

Mas não basta fortalecer o papel das organizações internacionais. É preciso também construir uma arquitectura política que, em vez de basear-se na existência de um único poder assente, pelo contrário, em vários centros de poder mutuamente equilibrados.

A construção de um mundo multipolar deve, consequentemente, ser uma prioridade. Mais, estou convencido de que um mundo multipolar facilitará muitíssimo a introdução de um quadro regulador para a economia global.

Permitam-me que aborde ainda a questão da necessidade de reforçar o papel das organizações internacionais existentes. Todos sabemos que, no que respeita à regulação das relações internacionais, as Nações Unidas têm uma responsabilidade específica e particular. Todos estamos de acordo que,

desde a sua criação, as Nações Unidas (e as suas agências e organizações subsidiárias) têm desempenhado um papel insubstituível na manutenção da paz, na promoção e defesa dos direitos humanos, na preocupação por essa parte da população do mundo que ainda luta pelo desenvolvimento e pelo progresso.

Também não é segredo, particularmente depois do final da guerra-fria e devido à sua actual composição, que o Conselho de Segurança da ONU possa hoje ter dificuldade em cumprir o seu mandato de acordo com a Carta. Assim, muitos observadores argumentam que, actualmente, o Conselho de Segurança não tem de certa forma legitimidade para agir, ou mesmo falar, em nome da comunidade internacional.

A vasta maioria dos Estados-Membros da ONU - senão todos - estão de acordo que é urgentemente necessária uma reforma do Conselho de Segurança. A questão mais importante é debater a extensão da reforma, que caminho deverá seguir, quais os novos membros que deverão entrar e se o poder de veto deverá continuar nas mãos dos actuais cinco membros permanentes. Não tenciono entrar neste debate agora, embora lamentamente, sinceramente, ainda não ter sido possível acordar sobre uma reforma consistente que possa ser aceite por todos. Mas posso garantir-lhes que me encontro entre aqueles que defendem que o Conselho de Segurança deve ser alargado para melhor reflectir a realidade internacional actual. E também defendo fortemente que a Alemanha, juntamente com outros países, se deve tornar um dos membros permanentes deste organismo.

Não é só a ONU e o Conselho de Segurança que precisam de uma reforma. Já disse várias vezes no passado que o papel das instituições de Bretton Woods deve ser revisto. É verdade que foi alcançado algum progresso no sentido de adaptar estas instituições para satisfazer as aspirações das economias em desenvolvimento e em transição. No entanto, ainda há que avançar mais neste processo. Um novo quadro

Bretton Woods deve ajudar a sustentar o desenvolvimento e o emprego global, reforçar os direitos e o bem-estar social, proteger e promover o ambiente e assegurar a regulação e responsabilidade dos mercados financeiros a nível mundial. Resumindo: continuam a ser necessários mais recursos, novos termos de referência e papéis mais claros. Precisamos de mais transparência, melhor supervisão e códigos de comportamento mais eficazes na actuação dos mercados financeiros.

Existe também uma dimensão social e ambiental na Organização Mundial do Comércio que deve ser valorizada. Queremos um comércio livre e um comércio justo. Isto não significa introduzir novas medidas de protecção, ou barreiras, nem impor níveis salariais ou horários laborais obrigatórios, mas sim proteger direitos fundamentais, nomeadamente nos mercados de trabalho, como garantia de que existem condições para um comércio justo.

É por isso que acredito que também a Organização Internacional do Trabalho precisa de ser fortalecida a fim de realçar o seu papel na melhoria das condições de trabalho e dos direitos dos trabalhadores em todo o mundo. Esta questão parece-me particularmente importante se tivermos presente a crescente diferença de rendimentos entre os ricos e os pobres deste mundo e que as novas tecnologias sofisticadas tendem a desvalorizar o trabalho tradicional como uma actividade humana fundamental. O conhecimento tornou-se, de facto, a verdadeira matéria-prima do trabalho. No entanto, a reforma das organizações internacionais, não obstante a sua urgência, ainda está longe de ser suficiente. É um passo importante, mas não responde plenamente, só por si, ao nosso objectivo principal de construir um mundo estruturado a partir deste mundo essencialmente desestruturado em termos políticos.

Acredito que, a fim de atingir por completo o objectivo de uma ordem política estruturada, precisamos de construir um mundo multipolar e equilibrado através do fortalecimento dos blocos regionais existentes ou emergentes. No entanto, para que estes blocos funcionem eficazmente, como parte deste mundo multipolar, é fundamental que não se limitem a actuar economicamente como simples organizações de comércio livre. Devem sim, também, visar a integração económica, política e social.

É por isso que a União Europeia - como o único espaço regional organizado do mundo - desempenha um papel fundamental na construção da nova arquitectura política e precisa de ser mais fortalecida. Com efeito, a Europa, através do seu processo de integração, tem conseguido actuar, não só como um elemento de equilíbrio nas relações internacionais, mas também como um factor indutor levando ao fortalecimento de outros blocos regionais. Espero que seja este o caso do Mercosul na América do Sul, da ASEAN na Ásia, ou da SADC em África - três experiências específicas em três continentes com condições políticas, económicas e sociais muito diferentes.

É por isso que na Europa e, com razão, tentamos dar atenção e apoio a esses frágeis processos de integração que estão a ter lugar em muitas regiões de todos os continentes. E é por isso que gostamos de participar, activamente, em todos os debates que se realizam entre a Europa e essas regiões. Sabemos, por experiência própria, que um processo de integração não está isento de escolhos - e mesmo de competição - entre os diferentes concorrentes e que por vezes o ritmo da integração é mais lento do que inicialmente previsto ou desejado.

Mas o facto é que só com organizações regionais fortes, cada uma delas preservando os seus próprios modelos sociais e políticos, conseguiremos construir um mundo multipolar para evitar uma globalização selvagem e descontrolada que, muito provavelmente, abriria caminho a uma globalização da pobreza e a uma diminuição, ao seu nível mais baixo, dos direitos económicos e sociais em todo o mundo.

Já referi sucintamente por que acredito que a Europa e o processo de integração no nosso continente, é de extrema importância para a construção de uma nova arquitectura mundial. Permitam-me que fale, agora, um pouco mais acerca de como a Europa pode e deve continuar a desempenhar o seu papel. Em primeiro lugar, tenho a firme convicção de que se quisermos que esse papel continue, o novo alargamento da União não deverá significar a diluição ou enfraquecimento do processo de integração. Até agora, a solução da equação entre o alargamento e a integração tem sido alcançada dando prioridade ao lado económico do nosso processo de integração. Começámos com uma união aduaneira, depois passámos para um mercado único e, mais recentemente, para uma moeda única. Como resultado, o lado político deste processo foi encarado como um produto do lado económico, ou simplesmente como uma sua reminiscência. Por outras palavras, a lógica do processo de integração foi, ainda que progressivamente menos, aquilo a que se chamou uma lógica funcional.

No entanto, nesta fase, já não parece possível seguir esta lógica puramente funcional. Penso que, pela primeira vez na nossa história de integração, é a política que tem que tomar a dianteira e confrontar-nos com problemas que têm de ser superados para o nosso processo de integração continuar na sua senda de sucesso.

Em minha opinião, o principal problema - ou desafio, se preferirem - com que nos confrontamos, é aquilo que eu e outros identificamos como um problema de défice democrático. No entanto, seria ingénuo pensar que este défice, que muitos sugerem ser o principal obstáculo ao processo de integração, possa ser facilmente diluído por uma mera reforma institucional.

Não é assim. O problema tem raízes mais profundas e remete para a ideia de um espaço público europeu. A essência da democracia moderna - e permitam-me que cite o filósofo alemão Habermas - não reside nos métodos formais que fazem com que as instituições funcionem e no voto democrático do povo, mas antes num fluxo de comunicação interactivo entre o poder político e a sociedade civil organizada. Esta ligação interactiva tem um papel fundamental no processo de formulação de decisões, dado que as decisões políticas são continuamente influenciadas pelas opiniões expressas pela sociedade organizada.

Se é isto que acontece a nível nacional, o

mesmo ainda não pode ser dito a nível da União. Porquê? Porque, muito simplesmente, não existe aquilo a que se possa chamar opinião pública europeia ou sociedade civil europeia. A ligação interactiva entre instituições e opinião pública, que nós adoptamos a nível nacional, simplesmente não existe ou, para ser mais optimista, pode ter apenas uma expressão rudimentar a nível europeu. Aquilo que, por vezes, é interpretado como as opiniões de uma erradamente designada opinião pública europeia não é, afinal, mais do que a soma de 15 opiniões nacionais. É por isso que, só por si, a eleição directa do Parlamento Europeu não resolve o problema do grau de legitimidade das instituições.

Devemos empenhar-nos na construção

progressiva de uma sociedade civil europeia e de uma opinião pública europeia. Esta não é uma tarefa fácil nem de curto prazo. Se conseguirmos fazê-lo, podemos então ter a certeza de que estão presentes as condições certas para os governos não se sentirem constangidos por aquilo que as suas respectivas opiniões públicas nacionais pensam, ou desejam, quando debatem a Europa. Os governos e as instituições europeias tenderiam, então, a agir em

concordância com os desejos dos europeus, o que seria o resultado de um interesse europeu mais amplo sentido por cada uma das nossas opiniões públicas. O patriotismo nacional deve ceder parcialmente a um patriotismo constitucional europeu.

Uma espécie de nacionalismo tende, ainda, a prevalecer e os Governos sabem que, em primeiro lugar, quando regressam ao seu país, têm que responder perante as suas opiniões públicas nacionais, e os seus eleitores, por aquilo que foram ou não capazes de alcançar. Isto foi claramente demonstrado pelos debates que se realizaram no Conselho Europeu em Nice.

Lembrar-se-ão de que, em Nice, não só tivemos que adiar uma decisão sobre o estatuto final da «Carta dos Direitos Fundamentais» - a qual, em muitos aspectos, é inovadora em relação àquilo a que chamamos os direitos tradicionais - mas também tivemos que nos confrontar com acalorados debates sobre o número de votos no Conselho e o número de membros no Parlamento Europeu.

Estou particularmente à vontade para falar acerca disto, na medida em que não fui anjo nessa «batalha». Muito pelo contrário: fui acusado por alguns de ser demasiado activo. Mas a verdade é que se são essas as regras do jogo, há que jogar de acordo com essas regras se não quisermos ser postos de lado. No entanto, devo dizer que o meu principal objectivo em Nice, não foi a protecção dos interesses específicos portugueses, mas o de obter um equilíbrio de poder aceitável entre estados membros no quadro de umas instituições europeias eficientes.

Numa nota positiva, podemos sem dúvida classificar o processo de introdução do Euro

como tendo sido extremamente bem sucedido, ainda que com alguns receios compreensíveis aqui e ali. Em geral, o processo está a decorrer sem grandes problemas. Em Portugal está a gerar esperança e, na minha opinião, a contribuir para fortalecer a nossa identidade europeia. Ainda em minha opinião, o euro será efectivamente um êxito precisamente porque responde às necessidades e aspirações dos europeus - em particular dos agentes económicos - face às realidades do mundo contemporâneo. Por outras palavras: ao decidir introduzir uma moeda única, os políticos corresponderam aos desejos da opinião pública europeia ou, pelo menos, de parte dela. Mas agora temos que enfrentar o período pós-Nice, que levanta questões muito

claras e importantes que precisam de ser encaradas. O debate apenas começou e muitos distintos políticos, incluindo da Alemanha, já apresentaram ideias interessantes para o caminho futuro.

Em minha opinião, existem duas formas principais de abordar os problemas do período pós-Nice:

- Um grande salto em frente, que nos levaria a uma estrutura federal de governo. Obviamente, neste caso, e para lhes dar um exemplo, um Parlamento Europeu teria de ser formado por duas câmaras separadas: uma câmara dos Estados e uma câmara dos Cidadãos, ambas baseadas na igualdade dos Estados e Cidadãos. Uma câmara de representantes dos Parlamentos Nacionais e uma câmara eleita directamente pelos Cidadãos. Por outro lado, esta opção teria necessariamente que acarretar um «salto» económico equivalente. Isto significa que o orçamento europeu teria que ser significativamente aumentado. Não nos devemos esquecer que não existe nenhum Governo Federal sem um orçamento Federal forte;

- a segunda forma seria seguir a abordagem gradual, combinando o desenvolvimento e aprofundamento progressivo do pilar federal - com o fortalecimento da Comissão e do Parlamento Europeu - juntamente com o alargamento, o mais lato possível, de áreas estruturadas de cooperação intergovernamental apoiadas pelas instituições europeias e integradas no quadro da União. Aquilo a que na Cimeira de Lisboa chamámos um método aberto de coordenação.

Com efeito, no Conselho Europeu de Lisboa pudemos verificar as potencialidades desta fórmula. Acordámos num número de objectivos europeus, correspondentes a alvos nacionais e métodos de avaliação baseados no «benchmarking» a ser aplicado a um grande número de áreas: educação, ciência, combate à exclusão, emprego, inovação, sociedade de informação. Simultaneamente, acordámos em aprofundar metodologias relacionadas com o emprego, reformas económicas no mercado interno, conjuntamente com a coordenação macroeconómica que foi lançada no Luxemburgo, em Cardiff e Berlim.

O reforço progressivo do método aberto de coordenação deve ser acrescentado ao exercício normal das competências pelas instituições da União, não substituí-lo.

Esta segunda fórmula tem, obviamente, a desvantagem de ser politicamente mais fraca e mais confusa do ponto de vista institucional. Mas tem duas vantagens importantes: permite um aprofundamento mais fácil do processo de integração e um sistema de trabalho mais adaptado à heterogeneidade de uma União alargada. As mesmas razões que fizeram com que em Nice suavizássemos as condições para implementar cooperações reforçadas. A criação e a introdução gradual do processo do euro, é, também, um bom exemplo deste tipo de conceito.

Deve também ser referido que ambas fórmulas devem reconhecer que a Europa tem, ou é, uma civilização, mas não uma cultura. A cultura está no próprio âmago das nossas entidades nacionais, que não devem ser subjugadas em outras dimensões do processo de integração. Este é o principal factor de legitimidade do princípio da subsidiariedade.

Dito isto, e qualquer que seja o caminho que escolhamos, existe uma questão subjacente que, em minha opinião, tem também uma importância decisiva: a questão da credibilidade. A União só atingirá a credibilidade se este exercício englobar a Política Europeia Comum de Segurança e Defesa. São, porém, áreas em que estamos ainda ostensivamente no início do caminho.

Asseguro-vos que Portugal encara todas estas questões com absoluta paz de espírito. Somos uma nação e um Estado muito antigo, as nossas fronteiras continuam hoje a ser as que eram no século treze. O Presidente do Brasil e meu grande amigo, disse mesmo que Portugal, através das suas expedições marítimas, foi o inventor da globalização. Somos geográfica e demograficamente pequenos. Mas temos uma forte entidade nacional e uma unidade inquebrável. Podem portanto compreender que a nossa atitude é de confiança e tranquilidade ao abordarmos o debate «federal».

De qualquer forma, não posso deixar de fazer um comentário especial. Os Estados de maior dimensão têm uma responsabilidade maior porque, qualquer que seja o caminho que escolhamos para avançar, estamos condenados a falhar se tentarmos conduzir este processo sob uma lógica de Directório. Tenho que confessar que, por vezes, os Estados maiores ao actuarem nas instituições da União fazem-me lembrar aquilo que A.J.P. Taylor tão bem descreve no seu livro «The struggle for mastery in Europe - 1848/1918», evidentemente num outro contexto de alianças e confrontação. O problema dos Directórios não reside apenas numa falta de legitimidade política. É também um problema de eficiência. Na realidade, a experiência diz-nos, incluindo na União Europeia, que ao longo da História Europeia os interesses que provaram ser menos compatíveis são precisamente os dos Estados de maior dimensão.

Para nós, a decisão já está tomada. Seja qual for a via, Portugal estará sempre na linha da frente dos que estão dispostos a construir uma Europa mais unida, mais próspera e mais democrática. E também, é claro, um Mundo mais equilibrado, mais pacífico e mais progressista.

* Conferência proferida pelo primeiro-ministro no Walter Hallstein-Institute for European Constitutional Law, Universidade Humboldt, Berlim, em 7 de Maio de 2001. Tradução do original em inglês.

Acredito que, a fim de atingir por completo o objectivo de uma ordem política estruturada, precisamos de construir um mundo multipolar e equilibrado através do fortalecimento dos blocos regionais existentes ou emergentes.

PRESIDENTE LAMENTA IMPUNIDADE DE ALGUNS AUTOMOBILISTAS

O Presidente da República, Jorge Sampaio, lamentou no dia 14 a «sensação de impunidade» de que se gabam muitos automobilistas, considerando crucial a condenação dos comportamentos que lhe estão associados para reduzir a sinistralidade rodoviária.

«A impunidade não é um galardão cívico», declarou Jorge Sampaio, lamentando que, aquando do recente anúncio governamental de regras mais restritivas para aumentar a segurança rodoviária, as televisões tenham dado visibilidade aos cidadãos que troçavam da autoridade do Estado e anunciavam como escapar ao seu cumprimento.

O Chefe de Estado intervinha na sessão de abertura do I Encontro Nacional de Segurança Viária em Meio Urbano, onde o secretário de Estado da Administração Interna, Rui Pereira, informou que até ao fim do mês estará concluído o novo regulamento de sinais rodoviários (a cargo



da Direcção-Geral de Viação).

Além do respeito pela autoridade do Estado e do combate à impunidade dos automobilistas, Jorge Sampaio alertou para a necessidade de reduzir a «carga burocrática pesadíssima» que está associada à penalização dos infratores. O Presidente da República observou que «os números negros de acidentes nas estradas não são só portugueses», mas considerou necessário romper com o «círculo vicioso» entre o crescente acesso dos cidadãos ao uso de automóveis (entendidos como elemento de conforto e bem-estar) e o aumento da insegurança associado à sua utilização.

Manifestando-se solidário com o Parlamento e o Governo no que respeita ao combate à sinistralidade rodoviária, Jorge Sampaio disse que «gostaria de ver» nessa matéria «um consenso político criador».

«Este problema não constitui arma de arremesso partidária», afirmou o Presidente da República.

SAÚDE

Visita ao Miguel Bombarda

SAMPAIO DEFENDE PROVIDORIA DOS CIDADÃOS

O Presidente da República considerou no dia 16 que o estudo das políticas de Saúde dos últimos 25 anos «deve levar a uma lição de modéstia e de determinação» dos diversos responsáveis políticos.

Jorge Sampaio discursava durante a visita ao Hospital Miguel Bombarda, em Lisboa, onde defendeu a criação de uma «provedoria ou representação» dos cidadãos que têm beneficiado de «alguns sucessos e muitos fracassos» resultantes das políticas desenvolvidas nas últimas duas décadas e meia.

Como «os problemas centrais» da Saúde se situam na organização do sistema e «também na sua relação com os cidadãos», Jorge Sampaio considerou que «a intervenção das autarquias pode ser determinante para o êxito de um processo de mudança» no domínio da «satisfação dos consumidores».

«A complexidade dos problemas exige uma forte sustentação para a mudança», o que «requer uma grande clareza e uma grande responsabilidade (...), que deve ser partilhada, que não prescinde dos partidos, mas ainda das associações de doentes, dos movimentos de cidadãos, de organizações não governamentais», disse.

Trata-se de «uma grande responsabilidade,



porque manifestamente esta não é uma matéria que se esgote no Governo e no curto prazo», acrescentou o Presidente da República, na presença do secretário de Estado da Modernização da Saúde.

Jorge Sampaio voltou a tocar nalguns dos aspectos centrais que exigem mudanças, desde o atraso com que o sistema de formação responde às necessidades de técnicos do país ao planeamento dos investimentos.

As escolhas na aplicação dos investimentos e instalação de infra-estruturas «devem basear-se na racionalidade que, em particular, os estudos epidemiológicos e económicos fornecem e não em injustificadas pressões locais», frisou Jorge Sampaio.

A modernização da administração pública da Saúde foi outro dos pontos abordados pelo Presidente da República.

IV CIMEIRA

Luso-Marroquina

GUTERRES TRANQUILO EM RELAÇÃO AO FUTURO DA ECONOMIA PORTUGUESA

O primeiro-ministro, António Guterres, disse no dia 16 ter «grande tranquilidade» em relação ao futuro da economia portuguesa, afastando assim cenários de uma intervenção de Bruxelas no início de 2002. As declarações do chefe do Governo foram proferidas na conferência de imprensa final da VI Cimeira Luso-Marroquina, após ter sido confrontado com as declarações proferidas na véspera pelo ex-secretário de Estado das Finanças Nogueira Leite, durante as Jornadas

Parlamentares do CDS-PP.

O ex-membro do Governo socialista admitiu, perante o estado-maior do PP, como provável uma intervenção de Bruxelas na economia portuguesa em Fevereiro de 2002, tendo em vista controlar o ritmo de crescimento da despesa pública e da inflação.

Na resposta, o primeiro-ministro limitou-se a deixar o seguinte recado: «O meu comentário é de grande tranquilidade.»





Albufeira

Programa «Comércio Seguro»

A Câmara Municipal de Albufeira foi a anfitriã da cerimónia de assinatura do protocolo entre a Guarda Nacional Republicana e a Delegação de Albufeira da Associação do Comércio e Serviços da Região do Algarve (ACRAL), no âmbito do Programa «Comércio Seguro».

A cerimónia, que decorreu na sala de reuniões dos Paços do Concelho, foi presidida pelo secretário de Estado da Administração Interna, Rui Pereira.

De acordo com o protocolo, a ACRAL compromete-se a instalar no Destacamento Territorial da GNR um sistema de recepção e monitorização de sinais de alarme, mediante uma linha de RDIS e um computador com «software apropriado para o efeito».

Por seu turno, a GNR compromete-se a intervir sempre que o alarme seja accionado e contactará de imediato a empresa de segurança, ou os bombeiros, no caso de se tratar de um incêndio.

Amarante

Área de Paisagem Protegida da Aboboreira

A Câmara Municipal de Amarante promove no sábado, dia 19, dois encontros entre o deputado Renato Sampaio e populações da serra da Aboboreira, no âmbito da proposta daquele parlamentar para a criação da Área de Paisagem Protegida da Serra da Aboboreira.

O primeiro encontro realiza-se na Freguesia de Carvalho de Rei, às 15 horas, realizando-se o segundo às 17 horas, em S. Simão.

Estas duas freguesias de Amarante, recorde-se, integram, na sua totalidade, a área proposta para classificação.

Cascais

Câmara conclui abastecimento de água ao concelho

O município de Cascais apresentou os trabalhos que permitiram a conclusão da rede de saneamento básico e de água do concelho de Cascais.

Para José Luís Judas, presidente da autarquia, «os mais de três milhões de contos investidos nestes últimos seis anos permitiram dar melhor qualidade de vida aos municípios, com a construção de uma rede de abastecimento domiciliário de água potável e de uma rede de esgotos capaz de dar a resposta necessária à resolução das carências existentes até agora».

Estes trabalhos permitiram igualmente eliminar quase a totalidade das fossas existentes, em muitos casos responsáveis pela contaminação das águas de subsolo, recuperando assim a qualidade dos cursos e poços de água.

A autarquia colocou, entretanto, em funcionamento os reservatórios de água de Cardosas e Moinhos de Rana, bem como o saneamento básico que vai beneficiar a população residente nas zonas da Conceição da Abóboda, Malveira da Serra e Janes, num investimento superior a um milhão e seiscentos mil contos.

Faro

Verba para apoiar cidade «irmã» de Bolama

O Executivo da Câmara Municipal de Faro deliberou desbloquear uma verba de 3000 contos para aquisição de equipamentos destinados à satisfação de cuidados primários de saúde na cidade de Bolama, na Guiné-Bissau.

A autarquia de Faro, geminada com a

cidade de Bolama, tem vindo a incluir no seu plano de actividades comparticipações na recuperação da cidade «irmã» de Bolama.

Loulé

IV Semana Académica

A organização da IV Semana Académica de Loulé recebeu da autarquia um subsídio de dois mil contos.

Este evento, que decorreu em finais de Abril, contou com um vasto programa de animação, tem vindo a assumir um dinamismo crescente em Loulé, não só a nível cultural mas também socio-económico.

Assim, para além das actividades desportivas e espectáculos de música com bandas de sucesso no panorama nacional, o Instituto superior D. Afonso III (INUAF) realizou a primeira bênção das pastas, que decorreu na Igreja Matriz de Loulé.

Montijo

Lançamento da Rede Social

A Câmara Municipal do Montijo e o Instituto de Solidariedade e Segurança Social realizaram no dia 15 de Maio uma sessão de informação e lançamento da Rede Social, que decorreu no auditório da Galeria Municipal.

Esta iniciativa teve como objectivo reunir os parceiros para a apresentação do Programa Rede Social através da intervenção de um técnico do Instituto de Desenvolvimento Social.

Este Programa tem como objectivo rentabilizar os esforços das instituições para que, em conjunto, desenvolvam estratégias de planeamento para o concelho tendo em conta as suas necessidades e especificidades.

Sesimbra

Começaram as obras no Mercado da Lagoa

Já está em curso a empreitada de remodelação do Mercado da Lagoa de Albufeira.

Os trabalhos, estimados em 30 mil contos, incluem a pavimentação do recinto, a construção de 32 bancas para os comerciantes – cinco das quais destinadas à comercialização do pescado –, a edificação de sanitários, a instalação das redes eléctricas, de água e de esgotos, e, ainda, a colocação de pontos de água.

No projecto em execução, estão também contempladas as infra-estruturas de apoio ao mercado, que incluem café e um quiosque, prevendo-se para breve a abertura do concurso de exploração destes espaços comerciais.

Recolha de lixo na Lagoa

Entretanto, a Câmara de Sesimbra levou a efeito recentemente uma grande campanha de limpeza para recolha de detritos de grandes dimensões, nomeadamente colchões, electrodomésticos, mobílias velhas, bem como outros detritos acumulados junto aos contentores.

Sintra

Campanha «A cor dos afectos»

Edite Estrela, presidente da Câmara de Sintra, e José Leitão, alto-comissário para a Imigração e Minorias étnicas (ACIME), apresentaram no dia 15, na sala da nau do Palácio Valenças, em Sintra, a campanha de sensibilização para os valores da diversidade «A cor dos afectos».

Esta iniciativa tem como principal objectivo sensibilizar todos os que vivem e trabalham em Sintra para os valores da diversidade. A campanha «A cor dos afectos» surge na sequência das acções que a autarquia de Sintra, em parceria com o ACIME, tem vindo a desenvolver no sentido da plena integração dos cidadãos imigrantes e pertencentes a grupos étnicos minoritários residentes no concelho de Sintra.

Nesse contexto, a necessidade de explorar novos caminhos na prevenção das atitudes racistas e xenófobas impôs-se.



PS EM MOVIMENTO

ARRUDA DOS VINHOS **Apresentação de candidato**

O camarada Jorge Coelho, coordenador da Comissão Permanente, esteve presente no dia 11 na cerimónia de apresentação do candidato do PS à Câmara Municipal de Arruda dos Vinhos, Casimiro Ramos, que teve lugar no Clube Recreativo e Desportivo Arrudense.

SETÚBAL **Oito candidatos escolhidos**

O PS já escolheu oito dos 13 cabeças-de-lista às próximas eleições autárquicas no distrito de Setúbal, disse o presidente da Federação Distrital do PS, Alberto Antunes.

As concelhias socialistas já procederam à escolha dos candidatos às câmaras do Barreiro (Emídio Xavier), Almada (Rúben Raposo), Grândola (Carlos Beato), Santiago do Cacém (Cascão da Silva) e Sines (Idalino José), além das mais que prováveis recandidaturas de Amadeu Penim (Sesimbra), Maria Amélia Antunes (Montijo) e Mata Cáceres (Setúbal), nos três concelhos de maioria socialista.

O reforço das posições alcançadas pelo PS em 1997 e a conquista de mais municípios à CDU, constituem os principais objectivos dos socialistas no distrito de Setúbal.

Nas eleições autárquicas de 1997, o PS manteve a presidência da Câmara Municipal de Setúbal e conquistou os municípios de Sesimbra e do Montijo à CDU (Coligação Democrática Unitária).

A estratégia dos socialistas para as autárquicas de Dezembro foi um dos temas em destaque no encontro distrital de militantes socialistas, que se realizou terça-feira, no edifício dos Bombeiros Voluntários de Palmela.

No encontro, que foi presidido pelo coordenador nacional do PS, Jorge Coelho, esteve em discussão a actual situação política e a actividade parlamentar dos eleitos socialistas pelo distrito de Setúbal.

PONTA DELGADA **Pré-campanha**

O candidato do PS à Câmara de Ponta Delgada, Rui Bettencourt, prometeu no dia 15 uma «forte aposta» na requalificação de toda a orla costeira da cidade no arranque da sua pré-campanha às autárquicas de Dezembro.

Rui Bettencourt, que anunciou a proposta numa visita à freguesia urbana de São Pedro, sublinhou que a requalificação pretendida abrangerá toda a orla costeira citadina, de Santa Clara até à Pranchinha.

O candidato socialista defendeu, nomeadamente para Santa Clara, a construção de um porto de pescas industrial com áreas para cargas e descargas de outras mercadorias, permitindo ao porto de Ponta Delgada uma actividade «mais vocacionada para o turismo».

Neste âmbito, propôs-se igualmente transformar a Calheta de Pedro Teive numa área

Gabinete de Estudos vai ter nova direcção

O secretário-geral do PS, António Guterres, vai propor, sábado, à Comissão Nacional do partido uma nova direcção para o Gabinete de Estudos socialistas, disse o coordenador da Comissão Permanente, Jorge Coelho.

O Gabinete de Estudos do PS ficará dependente de coordenador da Comissão Permanente socialista.

Para a direcção desse gabinete vão ser propostos nomes, como os de Paulo Pedrosa, ministro do Trabalho, João Nuno Mendes, secretário de Estado de Estado do Planeamento e Pedro Silva Pereira, secretário de Estado do Ordenamento do Território e da Conservação da Natureza, referiu Jorge Coelho.

Questionado sobre a constituição da lista da nova Comissão Política do partido, Jorge Coelho frisou que essa missão cabe ao secretário-geral, António Guterres.

«É uma prerrogativa do secretário-geral, é ele que a apresentará», sábado, à Comissão Nacional do partido, referiu, sublinhando que desconhece os seus nomes.

de espectáculos e lazer e o Castelo de São Brás e sua zona circundante em espaço de apoio ao turismo.

O actual director regional da Juventude, Emprego e Formação Profissional, garantiu que, se for eleito, vai «imprimir um cunho arquitectónico forte à cidade, reabilitando-a e devolvendo-a aos cidadãos e ao mar».

Outra das suas «grandes preocupações é o estado caótico» do trânsito em Ponta Delgada, prometendo aliviá-lo através da implementação de transportes públicos regulares em articulação com dois a três parques de estacionamento a construir nas entradas da cidade.

Rui Bettencourt quer ainda projectar Ponta Delgada na «cena nacional e internacional», fomentando parcerias «dinâmicas e de movimento permanente» com capitais de regiões ultraperiféricas.

Prometeu, por outro lado, uma estreita ligação com todos os cidadãos do concelho, através da criação de um gabinete de apoio ao município descentralizado pelas freguesias e que dará «resposta célere» a todas as questões relacionadas com a autarquia.

Rui Bettencourt garantiu que se for presidente da maior autarquia açoriana vai transferir alguns serviços da câmara para as juntas de freguesia para «sejam também parceiros no bom funcionamento do concelho e facilitem a vida aos municípios».

«Se for eleito - acrescentou - teremos um relacionamento estreito, mas claro e rigoroso com o Governo Regional para que se possam resolver rapidamente questões ligadas às redes viárias de acesso a Ponta Delgada e porto de pesca.»

SANTIAGO DO CACÉM **Apresentação de candidato**

O coordenadora Comissão Permanente do PS, camarada Jorge Coelho, esteve presente ontem, quarta-feira, na cerimónia de apresentação do candidato do PS à Câmara Municipal de Santiago do Cacém, Cascão da Silva, que decorreu na Quinta do Canudo.

REUNIÃO DA COMISSÃO NACIONAL

19 de Maio, 10.30 horas
Lisboa - Hotel Altis, Sala Europa

Ordem de trabalhos:

- 1 - Eleição da Comissão Política Nacional
- 2 - Eleição do Secretariado Nacional
- 3 - Eleição do director do «Acção Socialista»
- 4 - Eleição do director do «Portugal Socialista»
- 5 - Análise da situação política



DECÁLOGO SOBRE A NECESSIDADE DE UMA POLÍTICA DE IMIGRAÇÃO DA UE

1. O ponto de partida é de uma total simplicidade: a Europa é cada vez mais um local de destino de fluxos migratórios oriundos das mais diversas zonas do planeta. Todos os países, sem excepção, mesmo aqueles, como Portugal, que tinham, até há duas décadas, um perfil de países de origem, se tornaram países de destino e acolhimento.

2. O diagnóstico da situação actual também não parece poder sofrer grande contestação: a retórica da «imigração zero» foi desmentida pelos factos, expressos na cifra (para alguns observadores subestimada) de 500 mil imigrantes clandestinos que entraram nos países da União Europeia, no ano 2000! Este fluxo tem sido alimentado (e alimenta com grandes proventos) por redes transnacionais de tráfico de seres humanos bem organizadas e que dispõem dos meios financeiros e humanos para explorar sem escrúpulos a miséria dos que buscam no território europeu uma vida melhor.

3. As causas destes fluxos são diversificadas, mas a realidade que lhes subjaz estará presente durante os próximos anos: a diferença de níveis de desenvolvimento entre o mundo desenvolvido e as cada vez mais vastas regiões do globo que se afundam no atraso económico, na iniquidade social, na doença, na fome e na miséria. Este contraste resulta evidenciado pela «comunicação global» e pela veiculação da «cultura consumista» pelos media internacionais, que incentivam os excluídos a tentarem a sua sorte num «paraíso» que lhes parece inacessível por vias legais, mas susceptível de ser atingido recorrendo aos «serviços» das redes de tráfico de seres humanos, às quais pagam tudo o que têm (e não têm), em troca da oportunidade de entrarem nos países da Europa desenvolvida. O preço dessa viagem é, tantas vezes, a morte ou a escravidão mais absoluta!

4. A realidade que assim se impõe vive condicionada por dois factores, em si mesmos contraditórios: por um lado, a dinâmica de globalização repercute-se no aumento da pressão quanto à mobilidade das pessoas à escala global, mas, por outro, a percepção das opiniões públicas nacionais nos países de acolhimento é a de que já é excessivo o número de estrangeiros que se encontram a viver (legal ou ilegalmente...) nas sociedades europeias. Esta contradição é agravada pelo facto de a dinâmica de integração europeia (especialmente o espaço de livre circulação de Schengen) acentuar a interdependência dos vários Estados europeus entre si, ao mesmo tempo que o



processo de integração dos imigrantes é sobretudo um processo microsocial e microcultural, isto é, joga-se essencialmente no plano local ou regional e no modelo de convivialidade estabelecido no quotidiano das comunidades de acolhimento. É neste plano que se ganha ou se perde o combate cultural contra o racismo e a xenofobia!

5. A necessidade de uma política coordenada de imigração a nível europeu impõe-se, assim, com meridiana clareza, mas a sua viabilidade depende de um escrupuloso respeito da subsidiariedade, pois é no plano local e regional que se joga o sucesso ou insucesso da integração dos imigrantes nas sociedades de acolhimento. O equilíbrio destas duas componentes é tanto mais urgente quanto delicado e difícil de alcançar.

6. Para chegar a esse equilíbrio, importa combater fantasmas ou dogmatismos ideológicos. Se a «fortaleza Europa» não existe, também não é possível regressar ao modelo dos anos 60, quando a liberdade de fixação dos imigrantes era bastante alargada. Isto porque, quer se queira quer não, o critério mais relevante para a definição de um modelo de política imigratória eficaz é o da capacidade de acolhimento e integração - com sucesso - nas sociedades europeias. E essa capacidade não é ilimitada, por razões económicas, sociais e até culturais. O

envelhecimento da população europeia e as necessidades de mão-de-obra (qualificada ou não qualificada) devem ser tidos em linha de conta, mas a imigração não representa por si só o instrumento de renovação da capacidade produtiva e do tecido social europeus. E só contribuirá positivamente para esses fins, se for uma imigração legal, com direitos e obrigações definidos e garantidos pelos Estados de acolhimento.

7. Importa, pois, que fique claro que uma política coordenada de imigração à escala europeia tem de assentar, por um lado, numa política activa de integração e, por outro, num reforço da cooperação policial e judiciária, no que respeita quer ao controlo das fronteiras externas quer à luta contra as redes de traficantes de seres humanos.

8. Uma política de integração bem sucedida é a que concilia o respeito pela diversidade e pelo pluralismo com a salvaguarda de valores comuns essenciais ao modelo social europeu. O que significa que integração não equivale a «assimilação», mas antes a definir um modelo de convivialidade na pluralidade de expressões étnicas, linguísticas, culturais, religiosas. Mas essa diversidade tem de se afirmar pacificamente em torno de um conjunto de valores identitários das sociedades de acolhimento: o respeito pelos direitos humanos e pelo sistema democrático, a igualdade entre os homens

e as mulheres, o pluralismo étnico e religioso.

9. A gestão dos fluxos migratórios tem de assentar, assim, numa tripla dimensão: redefinição das relações da União com os países de origem (para actuar sobre as causas dos próprios fluxos migratórios), maior transparência dos critérios de admissão e definição do estatuto jurídico dos imigrantes legais (com base numa parceria sobre procedimentos de informação e de coordenação entre os Estados membros e as associações representativas da sociedade civil) e luta sem tréguas contra a imigração ilegal e as redes criminosas que a organizam e dela beneficiam, à custa do sacrifício e por vezes da própria vida dos imigrantes.

10. Sempre que um drama humano abala as nossas consciências (os chineses de Dover, ontem, os curdos da Côte d'Azur de hoje, os albaneses de todos os dias nas costas italianas ou os magrebinos quotidianos do estreito de Gibraltar), somos pródigos em declarações e compromissos de acção. Mas, depois de «passada a onda» da convulsão mediática e da reacção emocional, redescobrimos as resistências políticas e culturais na definição de uma linha de rumo clara e determinada. Receio que cada vez mais a uma tempestade se suceda outra, sem bonança de permissão!

In «Diário de Notícias»

ACTUALIDADE

Elisabete Azevedo*

CARO PROF. DOUTOR FERNANDO ROSAS:

Li com atenção o seu artigo publicado no passado dia 9 de Maio neste jornal [Público], com o título «O Outono do PS». Apesar de, de todo, não me rever na maior parte das ideias nele expostas, vou limitar-me a comentar as considerações que faz quanto à quota de renovação da Comissão Nacional do Partido Socialista.

Desgraçadamente, sou uma das por si designadas «jovens lobos», o que significa que serei um dos tais «cinzentos e arrogantes». Nas suas palavras, estarei «a abarrotar de pragmatismo e bom senso, sem ideal, sem memória, gestor(a) ou candidato(a) a gestor(a), pronta «para a (minha) ascensão, para o negócio, para o enriquecimento fácil, para a manipulação do poder». Como, apesar de tudo, não me considero assim tão «cinzenta», poderia agora responder-lhe à letra, dizendo que o seu discurso já não é novidade, de uma esquerda revolucionária quixotesca, para quem qualquer moínho é um perigoso inimigo a abater, sobretudo se for um inimigo de uma

esquerda «outra», que não a «sua». Enfim, se for um «social-fascista». Poderia chamar-lhe «adiantado mental» da política, «prisioneiro da memória», autoconvencido de ser um grande exemplo de virtuosismo de militância.

Mas não. Prefiro humildemente pedir-lhe desculpa. Sim, desculpe ser jovem, ter apenas 29 anos, ser militante de um partido e não acompanhar a maioria dos jovens que conheço, que preferem não militar, afasta-se da política, adormecer civicamente.

Desculpe todo o tempo que tenho perdido em reuniões nocturnas, campanhas, fins-de-semana pelas terras algarvias a pugnar pela participação cívica dos meus concidadãos, a abdicar das minhas férias para colaborar com o movimento «sim» pela despenalização do aborto. (É mesmo assim ter a certeza de que há muitos outros, da minha idade, que muito mais fazem pela defesa dos seus ideais, que muito mais participam democraticamente, sejam eles do meu partido, ou de outros, ou de organizações cívicas).

Desculpe por ser dos muitos da minha

geração que não conseguiram deter as lágrimas pela causa de Timor, que se vestiram de branco e foram para a rua, puxando os mais velhos e a sociedade numa causa generosa, como não se via há um quarto de século.

Desculpe eu ter dois anos quando foi o 25 de Abril, nunca ter tido «boas mãos» para guardar as armas em minha casa, não ter saído de fraldas no primeiro 1º de Maio, não ter corrido a gatinhar com um cravo para o primeiro cano de espingarda.

Desculpe a minha não resignação e de pertencer à geração que usufruiu da massificação do Ensino; isso permitiu que, apesar da minhas humildes origens, tenha hoje um curso superior em Gestão de Empresas e, mais grave, estar a ousar o Mestrado em Ciência Política. Modernices da democracia. Termine aqui os meus pedidos de desculpa e concluo com um lamento: que numa sociedade cada vez mais distante da política, mais virada para o consumismo enquanto valor primário, a viver uma moda anti-partidos como se a democracia pudesse subsistir

sem eles, seja um político como o prof. Rosas a censurar – mesmo insultar! – os que ousam resistir e insistem em optar pelo estatuto de militante numa conjuntura adversa.

Sou jovem mas não sou ingénua: reconheço que há, houve e haverá sempre clientelismo e oportunismo junto do(s) poder(es). Mas isso acontece com todas as organizações, partidárias ou não, e nada tem a ver com a idade dos protagonistas. E a (esmagadora) maior parte deles são bem mais velhinhos do que eu!

Não esperava da sua parte rasgados elogios aos 50 nomes que o secretário-geral do meu partido fez questão de incluir na Comissão Nacional, a que simpaticamente chamou «jovens de elevado potencial». Mas surpreendeu-me a sua profissional capacidade de, sem nos conhecer (somos jovens, não pertencemos à «sua» História), dedicar dezenas de linhas a elencar todos os nossos defeitos, pintando-nos como verdadeiros «jovens-monstros».

*Militante socialista, membro da Comissão Nacional do PS el.azevedo@iol.pt

PERSPECTIVA

Paulo Pisco

A RESISTÊNCIA À MUDANÇA



É frequente dizer-se que a sociedade portuguesa é conservadora. De acordo com todas as definições, o conservadorismo caracteriza-se por uma resistência à mudança. Mudar muitas vezes significa perda de privilégios e de poder. Nos últimos tempos essa resistência tem sido mais visível, sobretudo porque tem havido uma grande pressão para corrigir situações de disfuncionamento e distorção em sectores como a economia, a justiça, a educação, o ambiente ou a saúde. Só as sociedades abertas têm condições para mudar e proporcionar aos seus cidadãos boas condições de vida. Isto pressupõe um nível de educação elevado e uma formação que saiba combinar o rigor técnico com uma dimensão humanista, virada para a compreensão do outro e do mundo, mas também a criação de condições de bem-estar e de igualdade de oportunidades, no sentido em que foi defendido por John Rawls na sua teoria da justiça como equidade.

Uma sociedade aberta e justa só pode ser considerada como tal se os grupos de interesse que nela existem tiverem aqueles pressupostos como princípios de orientação e não se cristalizarem no tempo e nas construções profissionais do passado, imutáveis e indiferentes à mudanças de comportamento das sociedades e às suas novas exigências. É que a resistência à mudança pode favorecer materialmente pequenos grupos, mas prejudica o

desenvolvimento saudável da sociedade no seu todo.

Em termos culturais e económico-sociais, o conservadorismo português mantém ainda alguns traços herdados do Estado Novo. Não se move por razões de natureza ideológica, mas cola-se a ela se vir que isso a favorece. Não se move também por razões de altruísmo social. Pior que tudo isso, não apresenta grandes preocupações de delinear uma estratégia própria no sentido da justiça e daquilo que o País necessita do ponto de vista do desenvolvimento estratégico global. É, por isso, um conservadorismo egoísta, incapaz de ver para além dos seus interesses corporativos imediatos. E esta resistência cria dificuldades em todos os sectores da sociedade, a começar pelas pessoas, que assim não têm uma vida tão satisfatória nem tão fácil quanto poderiam e desejariam.

O corporativismo em Portugal, sobretudo a partir do momento em que se tomou um dos pilares ideológicos do Estado Novo, sempre se caracterizou por ser um poder egoísta das elites em defesa dos seus interesses próprios, da sua actividade e dos seus rendimentos, sem grande preocupação de promoção dos equilíbrios da sociedade ou de justiça social. Na sua forma mais elementar, a dos grémios, como se afirma na História de Portugal orientada pelo professor José Mattoso, «impôs-se como um gigante burocrático tendente à perpetuação administrativa de situações de monopólio, à protecção irracional de

interesses inviáveis em condições de livre concorrência». Assim, a «organização corporativa portuguesa acabou por se tornar um dos principais factores político-institucionais de resistência à modernização económica do país».

O País e os portugueses mudaram muito desde o 25 de Abril, mas as mentalidades são difíceis de mudar. Continua a haver vestígios deste tipo de resistência à mudança em vários sectores da actividade económico-social. Um exemplo ilustrativo deste conservadorismo egoísta ficou bem patente com a aprovação da reforma fiscal, que suscitou reacções adversas e de incomodidade por parte do empresariado, que ficou mais preocupado com a tributação da sua riqueza pessoal do que com a redução dos impostos que incidem sobre a actividade produtiva. E, como ideologicamente acontece, os partidos da direita, o PSD e o PP, tiveram a mesmíssima posição dos empresários. Apesar dos progressos assinaláveis, que também não podem deixar de ser referidos, parece que muitos dos nossos empresários ainda não perceberam que se distribuírem melhor uma pequena parte da sua riqueza estão a dar um forte contributo não só para a satisfação dos que para eles trabalham, mas também para melhorar a qualidade da produção.

Noutro campo, o da saúde, a grave carência de recursos humanos é o álibi para se resistir a todas as mudanças. A situação poderá ser conveniente para muitos profissionais da saúde, que assim podem trabalhar em dois

ou três sítios diferentes ou desdobrar-se entre o público e o privado. Mas se esta situação tem ganhos para alguns, tem elevados custos materiais para o Estado e humanos para os utentes, que acabam por ser prejudicados no acesso à saúde. Seja como for, é o Governo do PS que agora está a pagar pela total inação dos governos do PSD, que há dez ou quinze anos deveriam ter iniciado a formação dos profissionais de saúde para que hoje não se sentissem faltas de pessoal nos hospitais e centros de saúde. Mas nem mesmo perante esta situação dramática, que penaliza milhares de doentes, os profissionais do sector deixam de se manifestar contra os seus colegas espanhóis, um contra-senso só explicável à luz das resistências atrás referidas.

Seria infinitamente mais útil que os representantes das actividades económicas e sociais, daquelas e doutras áreas, procurassem uma estratégia concertada que tivesse como objectivo o bem-estar geral e uma redistribuição mais justa da riqueza, em que os princípios orientadores fossem a solidariedade e a promoção de uma efectiva igualdade de oportunidades nos vários sectores da sociedade. Além disso, evitar-se-ia assim tanto desperdício de energias em lutas e exigências desproporcionadas da realidade, com tudo o que isso implica de tensão e crispação perfeitamente evitável para a sociedade portuguesa.

In -Diário de Notícias-

E AGORA... A DESCONCENTRAÇÃO



Do Congresso do PS é possível tirar duas lições:

- o apoio da esmagadora maioria do Partido ao secretário-geral, António Guterres, e
- o total apoio à moção de estratégia política por ele apresentada.

António Guterres referiu com clareza ao Congresso e ao País ter compreendido com exactidão os sinais que lhe têm chegado, relativamente à necessidade de dar um novo impulso político à actividade do Governo e do PS.

Governar e trabalhar para todos os portugueses, tendo sempre em conta que são os mais desfavorecidos que necessitam da maior atenção da governação socialista.

Desenvolver e modernizar o País, combatendo os interesses instalados e os corporativismos.

Ouvir mais, corrigir os erros já detectados, ter mais iniciativa política, reformar no sentido da solidariedade, são desafios lançados para o nosso futuro imediato.

Feito o diagnóstico, importa agora passar à fase de implementação da terapêutica adequada.

Um dos temas que considero vital para o País e que tem de ser assumido pelo PS e pelo Governo é a Desconcentração da Administração Pública.

Todas as forças políticas têm demonstrado o seu apoio a este desiderato. O Presidente da República, aquando da discussão da regionalização, chamou a atenção para o consenso que foi conseguido sobre a



necessidade de se avançar com a descentralização.

No programa do Governo do PS é colocada como uma questão central a melhoria da eficácia da Administração do Estado, nomeadamente através de uma verdadeira articulação dos serviços dos vários níveis da Administração e de uma coordenação inter-departamental efectiva dos serviços desconcentrados.

Os portugueses querem ter a Administração com capacidade de decisão mais perto de si.

Mas, como é óbvio, deve ser respeitado o «não» dado pelos portugueses no

referendo sobre a regionalização. Ou seja, como referiu o primeiro-ministro António Guterres, no Congresso do PS, o Governo e o PS não podem nem devem promover uma regionalização pela «porta do cavalo».

Em minha opinião, o caminho a seguir deve passar pelo reforço do papel dos governadores civis, no trabalho de articulação dos serviços e organismos da Administração Pública desconcentrados nos distritos.

Também as actuais Comissões de Coordenação Regional devem ver os seus poderes reforçados. Teriam assim uma nova lógica de funcionamento contribuindo para a necessária articulação que o III Quadro Comunitário de Apoio impõe.

Com a concretização destes princípios genéricos, não se faz qualquer regionalização pela «porta do cavalo» e vai-se, decididamente, ao encontro daquilo que o País e os Portugueses reivindicam - Desconcentrar, ou seja, colocar a Administração e a decisão mais perto dos cidadãos.

Este é um tema que o Governo e o PS devem de imediato promover. E o Governo, ao que sei, tem tudo pronto para o iniciar. Deve ser um debate aberto, para que a solução a encontrar possa ter o maior apoio possível.

Reformas desta natureza têm de ser feitas com polémica, como é normal em todas as reformas, mas também com o pragmatismo suficiente, para serem mobilizadoras, integradoras e o mais consensuais possíveis.

A terminar, lanço um outro repto: a possibilidade de transferir para várias cidades do País serviços centrais, que, como é óbvio, estão quase todos instalados na capital do País.

O desenvolvimento global do País, o combate à desertificação, tem merecido do Governo medidas importantes. A rede de auto-estradas em construção no interior do País, a distribuição do gás natural no interior, o desenvolvimento do Programa Polis são, entre outras, medidas importantes que estão a contribuir para a existência de cidades de média dimensão com uma qualidade de vida muito apreciável.

Transferir serviços para as regiões do interior, criar postos de trabalho qualificados, disseminar o poder de decisão pelo território nacional é determinante para o nosso desenvolvimento.

Sei, por experiência própria, que é um desafio difícil.

Ninguém quer perder poder, ninguém quer mexer no que está. A frase que mais se vai ouvir é: «isso não é possível».

Este é um desafio vital para um desenvolvimento sustentado do País.

É um desafio à nossa capacidade de resolver os problemas dos portugueses. É um desafio que deve recolher um consenso alargado.

É um desafio que deve merecer uma resposta responsável da oposição e não, logo à partida, a recusa, como noutras ocasiões se tem verificado.

LIMITAÇÃO DE MANDATOS

Não penses mal dos que procedem mal; pensa somente que estão equivocados.

Sócrates

O século XXI vem confirmar que o mundo caminha para a revolução mais marcante dos tempos hodiernos. Nasceram profundas mutações na vida do Homem: criam-se novas expectativas, outros quereres, renovadas utopias. Questionam-se alguns valores universais. Legaliza-se a eutanásia. Descobre-se a clonagem. O fenómeno da globalização alvorçou as comunicações, alterou o conceito tradicional de trabalho, não humanizou a economia, substituiu o homem pela tecnologia e transfigurou a família.

Os tempos modernizaram-se. E os partidos políticos? Marcados por uma crise ideológica, eternizam as suas estruturas e recusam a mudança. Continuam arreigados ao complexo das tensões

sociais e das lutas entre trabalhadores e patrões, onde a actuação dependia do militante dedicado que tomava o partido como objectivo primeiro da sua vida.

Hoje, as organizações partidárias inscrevem, na história, uma imagem denegrida pelas suas próprias atitudes. Devido a práticas políticas longe do interesse comum, em prol de convívios particulares, a credibilidade e a nobreza de outrora volveram em desconfiança.

Os partidos, em vez de se transformarem em centros de cidadania e pólos de dinâmicas políticas, sociais, culturais e recreativas, lembrando-se dos jovens e dos idosos, cerram as portas à sociedade e aos militantes inclusive. Não fomentam espaços de participação, dificultam a iniciativa, promovem os «partido-dependentes» e alimentam o *statu quo*. A verdadeira mudança passa por horizontes de ousadia, ambição e responsabilidade. Os políticos têm de criar mecanismos de auto-regulação natural dos

poderes instalados, de modo a tornar os cargos internos em alavancas de revitalização. Por isso, em defesa do aprofundamento da democracia, sou apologeta da limitação dos mandatos para todos os cargos de poder, desde o presidente do partido, passando pelo secretário geral e terminando no coordenador de secção.

A possibilidade de perpetuação dos mandatos é um dos factores que têm atrofiado os partidos e outros cargos políticos mais abrangentes. Acredito que a limitação dos mandatos dos cargos políticos contribuirá para atenuar os abusos de poderes instalados e a arrogância da gestão política.

Se nos depararmos com um líder de enorme carácter, dedicação e inteligência que granjeia singular popularidade e está na política por convicções, no exercício de um serviço ao país, então, ao fim de três mandatos, foi capaz de criar à sua volta protagonismos e líderes ao seu nível, bem

preparados para o substituir. Um líder que não promova e não projecte outros líderes é um mau líder.

A alternância implica a novidade e atitudes transformadoras capazes de entusiasmar a sociedade a acreditar nos políticos e a se envolver com mais empenho na vida política.

Este ciclo da limitação dos mandatos poder-se-ia alargar a todos os cargos políticos, contribuindo, deste modo, para a queda dos cesarismos. Os presidentes das juntas de freguesia, das câmaras municipais e dos governos regionais deveriam ter um limite de três mandatos. Tempo suficiente para concluir um projecto e abrir as portas à construção de novas ideias e à remodelação de comportamentos.

A democracia não pode continuar a ser usada como uma capa que eterniza o poder e transforma o exercício de um dever à causa pública num emprego vitalício. («Honni soit qui mal y pense»).

GUERRA DAS ESTRELAS OU DESEQUILÍBRIO DO TERROR

A decisão americana de desenvolver o escudo espacial antimísseis foi uma iniciativa anunciada por Reagan e agora reiterada por Bush imediatamente após ter iniciado o seu mandato. As suas implicações terão uma enorme magnitude no equilíbrio nuclear, e, desencadeará inexoravelmente, uma nova corrida aos armamentos. Apesar das reacções de russos e chineses, o plano irá avante. A Europa desde o final da II Guerra Mundial que tem pouco peso no processo de tomada de decisões em matéria de segurança internacional. Os passos dados pela União Europeia na PESC são claramente insuficientes.

A flecha e o escudo determinaram as relações de poder entre os seres humanos durante toda a sua história conhecida. Quem dispunha de uma flecha que não podia ser detida pelo escudo do seu inimigo adquiria uma posição de vantagem e domínio. Quem melhorando o seu escudo estava em condições de parar a flecha ameaçadora do inimigo recuperava o equilíbrio ou alterava a balança do poder frente aquele atacando-o com a sua flecha.

No fundo, nada mudou nessa tragédia permanente que tem sido e é a guerra, como argumento definitivo na conquista de uma posição hegemónica. A condição humana continua a reflectir esta filosofia do poder expressa em termos de força destrutiva, ofensiva e defensiva. Evoluções e revoluções científico-técnicas contribuíram para sofisticar a profissão de matar, e dar-lhe eficiência sem modificar o essencial.

Agora fala-se da Guerra das Estrelas, na recuperada terminologia Reagan, e de Escudo Espacial, frente às flechas em forma de mísseis nucleares de longo alcance dos inimigos reais ou inventados, mas imprescindíveis para aumentar a potência própria que garante o domínio sobre os outros.

As desculpas que desencadeiam os conflitos são variadas, mas nenhuma delas é nova. Repetem-se a si próprias persistentemente ao longo da história. Guerra santa, com um deus exclusivo como bandeira, para esmagar ou salvar o infiel. Guerra étnica, baseada na pretensa superioridade de uma raça, que submetendo as outras afirma a sua própria libertação delas. Guerra étnico-cultural, apoiada na convicção de uma civilização superior que há que difundir impondo-a aos outros ou excluindo-os. Guerra ideológica, que pretende vencer e submeter fundamentando-se na suposta inferioridade do sistema que trata de destruir. Ou uma mistura de argumentos que se completam com o instinto defensivo ou ofensivo frente ao outro, que é visto como ameaça pelo mero facto da



sua diversidade.

Faz parte da condição humana a necessidade de se impor pela força ao estranho, ao que tem outra cor, outra religião, ou simplesmente outras ideias? Passámos pela civilização agrária e pela industrial e nada parece ter mudado. A democracia moderna, que acompanha o desenvolvimento do Estado-Nação, parecia basear-se em princípios libertadores, em igualdades essenciais nascidas do Iluminismo, que deram forma a declarações de direitos humanos - por isso universais - de primeira, segunda e até terceira geração.

Mas esse elemento desencadeante da mudança de era que foi a Revolução Industrial ofereceu-nos um século XX de destruições sem precedentes, apocalípticas, juntamente com os avanços científicos mais incríveis. Foram as Nações «mais civilizadas» ou «menos bárbaras» as que, sentindo-se mais fortes, provocaram a terrível experiência de duas guerras mundiais.

Ontem ou hoje, nem uma única das armas fornecidas pelos avanços tecnológicos deixou de ser utilizada como factor de poder. Isto inclui, obviamente, as armas nucleares. Mas foi precisamente o seu conhecido poder destrutivo que trouxe a lume, há algumas décadas, um conceito de segurança diferente e no entanto terrível: o da «destruição mútua assegurada».

A guerra fria e a sua déttente, num mundo bipolarizado, acompanhou-nos ao longo da segunda metade do século XX, até à queda do muro de Berlim e ao desaparecimento de uma das duas

superpotências da época. A longa série de tensões e de negociações de desarmamento entre os EUA e a URSS jogou contra o «equilíbrio do terror» baseado na não existência de escudos capazes de parar as flechas nucleares do inimigo. A paz que resultou da dissuasão nuclear não tem sido idílica, mas tem sido paz. O «equilíbrio do terror» só é menos mau do que o «desequilíbrio do terror» que é agora oferecido com o desenvolvimento do escudo espacial.

Uma nova corrida ao armamento irá agora começar, a qual será levada para o espaço, na tentativa de neutralizar o novo escudo, até que algo de semelhante seja possuído por aqueles que agora não o têm, enquanto procuram desenvolver outros engenhos. Os «dividendos da paz», de que falava Bush pai, investir-se-ão em novos sistemas de armas e perderão prioridade os problemas da fome, da doença e o desenvolvimento.

Quando foi ouvida a declaração de Reagan sobre o projecto de escudo espacial, no início dos anos oitenta, começou-se a falar da Guerra das Estrelas, numa terminologia não isenta de frivolidade. Alguns dirigentes soviéticos como Andropov, levaram-no a sério, aparte as declarações de uma gerontocracia que ignorava quase tudo o que estava a acontecer com a revolução tecnológica informática.

Foi Gorbachev quem me contou a reunião entre Andropov e os cientistas soviéticos, que tinham sido afastados dessa linha de investigação pelo poder político. Estes confirmaram-lhe a possibilidade de pôr em prática o que Reagan tinha dito. «Ainda não o têm. Mas com a tecnologia de que dispõem, vontade e dinheiro, consegui-lo-ão».

Era o início da percepção do enorme fosso tecnológico que se estava a abrir entre as superpotências em confronto. A chegada ao poder de Gorbachev foi disso consequência. A sua perestroika, como reforma das atrasadas economia e tecnologia soviéticas e a sua glasnost, como abertura da informação para vencer a resistência da burocracia, mais do que corrigir o gap, precipitaram a queda do império soviético, que viu reflectir-se no espelho informativo a dimensão do seu fracasso.

Era difícil de justificar a manutenção do projecto de escudo espacial perante a política de Gorbachev e perante o espectáculo de auto-destruição da URSS. A Guerra do Golfo, pôs finalmente em evidência a superioridade tecnológica americana frente ao material soviético empregado pelo Iraque.

Agora, estão disponíveis dezenas de milhares de milhões de dólares devido ao superavit legado por Clinton. A economia dos Estados Unidos travou bruscamente

e será revitalizada por uma injeção keynesiana de despesa pública, mesmo que seja em armamento. A tentativa de investir dinheiro para impulsionar um novo salto tecnológico que mantenha a vantagem dos EUA na economia global é forte. E, além do mais, oferecer aos cidadãos americanos uma nova fronteira, um escudo espacial que os ponha a coberto de um suposto ataque nuclear russo, chinês, ou de quem se invente, continua a ser eleitoralmente atractivo. Por tudo isso, superando qualquer resistência do Congresso, esse desenvolvimento irá, inexoravelmente, ter lugar.

A Europa recebe desconcertada a oferta para se juntar ao processo e tirar dele proveito. Mas, para além das considerações de necessidade, de utilidade, de prioridades a Europa não é a América. É a Eurásia. Nem o Atlântico, nem o Pacífico, a separam dos hipotéticos agressores. Em que ponto se interporia o escudo, frente a um míssil com destino a uma das cidades europeias e com origem na Rússia, por exemplo? Com que consequências? O desenvolvimento de um escudo espacial significa a mutação das condições dos acordos de desarmamento nuclear vigentes e tornará quase impossível acordos futuros. Um mundo dominado por um só poder hegemónico não será, no entanto, possível. Além das razões morais, será mais fácil levar o conflito para o espaço, tratando de invalidar os satélites, do que competir no desenvolvimento do escudo. E será feito. Estamos a legitimar a guerra espacial, não só como escudo, mas também como flecha.

O escudo espacial provocará o avanço em direcção aos mísseis capazes de simular ogivas nucleares para o enganar, ou outras armas de destruição maciça não detectáveis. Estimular-se-á o desenvolvimento das armas nucleares de bolso, já disponíveis, com maior facilidade de difusão, com relativo acesso por parte de mais países e inclusive de grupos terroristas.

Uma nova corrida aos armamentos está aberta, sem que tenha valor o argumento de diminuir unilateralmente o arsenal nuclear americano. Mais do que o número de mísseis e ogivas nucleares disponíveis para uns e para outros, o que se joga em termos de equilíbrio é o seu poder ofensivo. Mesmo que poucos deles acertem, há de sobra para destruir todo o rasto de vida em meio planeta. Por muitos que se tenham, se não atingirem o objectivo inimigo, valem menos que os outros poucos.

Se o «equilíbrio do terror» é mau, o «desequilíbrio do terror» será muito pior. Tratemos de evitar o segundo e diminuir o primeiro. A Europa tem algo a dizer.

In «Diário do Notícias»



QUE SE PASSA

Mary Rodrigues

Exposição em Albufeira

Até ao dia 2 de Junho, Marília Viegas expõe, na Galeria Municipal, «Rasgos, Arcos e Pórticos», diariamente, entre as 10 e 30 e as 17 horas, excepto aos domingos.

Pintura em Coimbra

A autarquia local continua a promover a exposição de pintura «Mesas da Cultura», da autoria de João Dixo, que se encontra patente ao público nas Galerias do Atrio e Jardim da Casa Municipal da Cultura, até ao dia 27.

Piano em Faro

O Teatro Lethes reabre, hoje, as suas portas. Para assinalar este novo ciclo do Lethes, foi agendado o primeiro concerto para as 21 e 30, com o pianista António Rosado.

Cantores em Fafe

O Coro dos Pequenos Cantores de Coimbra volta a actuar em Fafe, amanhã à noite, no âmbito do Festival «Raízes Ibéricas», promovido pela Academia de Música José Atalaia e pela edilidade fafense.

O espectáculo realiza-se no estúdio Fénix, a partir das 21 e 30, com entrada livre e recriando obras de Bach, Mozart, Verdi, Lopes-Graça, Sampaio Ribeiro e José Firmino.

O Dia do Autor Português, que se comemora a 22 de Maio, será assinalado pela Biblioteca Municipal, terça-feira, com a abertura, logo pela manhã, da mostra «Palavras da Terra». Trata-se de um conjunto de painéis onde se tece o percurso literário do País.

Música em Guimarães

Hoje, às 22 horas, o Paço dos Duques de Bragança será palco de um espectáculo musical a cargo de Filipe Pinto Ribeiro, onde serão interpretadas composições de Schostakovich, Beethoven, Chopin e Prokofiev.

Amanhã, à mesma hora e no mesmo local, será altura de ouvir o Trio Lov recriar obras de Carlos Azevedo, Carlos Caires, Alexandre Delgado, Jorge Peixinho, Astor Piazzola e George Crumb.

A Orquestra Sinfónica Juvenil actua, sob a direcção do maestro Christopher Bochmann, este sábado, dia 19, pelas 22 horas, no Paço dos Duques de Bragança.

Dança em Lisboa

O Grupo de Teatro Miguel Torga representa, amanhã, às 21 e 30, no palco do auditório do Clube PT, a peça «Bruscamente no Verão Passado», de Tennessee Williams.

Este sábado, na Feira Popular, assista, a partir das 21 horas, ao Festival de Folclore Cidade de Lisboa 2001.

O grande auditório da Culturgest será palco, nos dias 22 e 23, às 21 e 30, do bailado «La Donna é Mobile». Trata-se de uma concepção e interpretação de Francesca Lattuada.

Concerto na Lousã

A partir de hoje e até dia 19, poderá visitar a Feira Material Didáctico e Pedagógico que decorrerá no Pavilhão Municipal de Exposições.

Amanhã, o Cine-Teatro exhibe, às 21 e 30, o filme «O Exorcista – Director's Cuts», de William Friedkin.

No sábado assista, pelas 21 e 30, na Igreja Matriz, ao concerto «Stabat Mater», a cargo da Orquestra de Câmara, com vozes de Mariana Fidalgo e Ana Lopes, e direcção musical de Helder B. Martins.

Passeio no Montijo

Realiza-se no domingo, dia 20, pelas 14 e 30, no âmbito do Programa Domingo em Movimento, o passeio de canoagem «Descida da Barroca D'Alva».

O percurso, numa extensão aproximada de cinco quilómetros, percorrerá a herdade da Barroca e o Sepal das Hortas (Alcochete), junto à Reserva Natural do Estuário do Tejo.

Peça em Paredes de Coura

Amanhã, a partir das 22 horas, o Teatro Noroeste leva à cena, no Centro Cultural, a peça «Teatro Seaside Hotel», de Marie Reboulet, com encenação de Castro Guedes.

Festas em Portalegre

As Festas do Concelho, que se iniciam

no sábado, têm este ano como principais inovações a ampliação do espaço jovem e a atribuição de três prémios no valor total de 600 contos para os pavilhões mais bem concebidos. Os festejos, que vão decorrer até ao dia 23 (Dia da Cidade), incluem actividades desportivas (futebol, natação, atletismo, pesca, BTT), o XIX Encontro de Coros do Orfeão de Portalegre, e o XX Festival Folclórico.

A autarquia local aposta também num ciclo de cinema, com duas sessões diárias durante os cinco dias das festas, a realizar no auditório do Instituto Português da Juventude.

Os visitantes do certame poderão ainda provar os sabores da cozinha alentejana, em «tasquinhas» no espaço do mercado municipal.

Os espectáculos musicais incluem a participação dos cantores João Portugal, Mónica Sintra, Micaela, e dos grupos Santamaria e Quinta do Bill.

Variedades no Porto

Dezenas de «donas elviras» da categoria A vão passear pelo Porto a partir de amanhã e até ao dia 27, no Rali Anual da FIVA – Federação Internacional de Automóveis Antigos.

A Orquestra Guilbenkian apresenta-se, domingo, dia 20, no Europarque. Na quarta-feira, dia 23, começa, no Pavilhão Rosa Mota, a 71ª Feira do Livro.

Voices em Sintra

A «Temporada de Grupos Corais» prossegue este sábado, dia 19, com a actuação, na sala polivalente da Junta de Freguesia de Belas, às 21 horas, do Grupo Coral de Rio de Mel.

A Galeria Municipal do Museu Regional acolhe, até ao dia 20 de Junho, uma mostra de pintura e gravura de Laura Césana.

SUGESTÃO

Corpo Iluminado

Depois de quatro álbuns editados em França e na Holanda, desde que em 1997 lançou *Cristina Branco in Holland*, a fadista de Almeirim faz, no próximo domingo, dia 20, a sua gloriosa entrada em Portugal, pela porta do pequeno auditório do Centro Cultural de Belém, a partir das 21 e 30.

Corpo Iluminado é o trabalho discográfico em que Cristina Branco se afirma como uma das mais talentosas e jovens vozes do fado, que têm vindo a revolucionar o género a pouco, com mão e voz de veludo.

A postura da fadista é a tradicional, mas o repertório não o é certamente, navegando pelas mais variadas composições, passando desde os maiores poetas a temas de Sérgio Godinho e José Afonso.

Para o espectáculo do CCB, Cristina Branco traz na bagagem novas canções e uma enorme experiência de palco.

Para além das surpresas que a noite de domingo proporcionará, Cristina vai dar voz a um novo fado, respeitando a memória do género, sem lhe prestar desusada vassalagem.

Um espectáculo a não perder!

POEMA DA SEMANA

Seleção de Carlos Carranca

Carta a Zeca Afonso

Até sempre, Zeca, comandante desarmado da Sierra Maestra das nossas quimeras, almirante das nossas utopias naufragadas. Avizinha-se um século, abrupto, em que tudo o que cantaste terá de novo o fulgor e o timbre das coisas soberanas e eternas. Espero. Obrigado, Zeca, por teres dado nome à alma da nossa liberdade, boina descaída sobre a nuca, meio sorriso no olhar matreiro, como quem diz, despedindo-se: «Adeus, malta, eu qualquer dia volto porque ainda faz falta a avisar a malta». E eu sei que voltas, que vais voltar sob a forma de pomba, de cravo ou de voz andarilha, talvez para as bandas da Fuzeta, entre os índios da Meia-Praia, talvez numa rua íngreme de Olhão, ou numa viela de Azeitão, ou numa esquina de Setúbal, só para lembrar que nada existe mais à esquerda que o coração e que o coração é a casa forte dos sentimentos que exaltam e libertam. Até sempre, Zeca, e obrigado por teres pintado um mural de Abril no Maio insubmisso deste nosso amor a Portugal

José Jorge Letria
In «Carta a Zeca Afonso»



PELA BOCA MORRE O PEIXE!

Temos ainda todos, bem presente na memória, o terrível acidente da ponte de Entre-os-Rios.

Ninguém pagará jamais a dor das famílias e a consternação dos amigos que resultaram de um número tão avultado de mortes estúpidas e sem sentido.

O acidente de Entre-os-Rios pode bem ser um marco indelével da nossa história contemporânea: pelas vítimas que provocou, mas sobretudo porque representa, em certo sentido, o acordar do nosso desmesurado sonho.

Entre-os-Rios revelou-nos que temos dois países dentro do nosso próprio país: o país «desenvolvido» com acesso às infra-estruturas «up to date» que gasta o tempo na leitura das revistas sociais ou na percepção da «junk TV» e o país abandonado e desarmado perante os azares do acaso e os erros dos homens. Ora este país não se esgota, nem se reduz a Entre-os-Rios.

Tenho bem presente as imagens televisivas desta semana que me mostravam a comunidade de 30 pessoas do Lugar da Ilha, no concelho de Mesão Frio, que tantos dias já passaram sobre a intempérie do Inverno, continuam isolados do mundo e da civilização.

Não esqueço o rosto macerado e envelhecido, mas extraordinariamente belo, da idosa que aceitou contar para os

senhores da TV as suas dificuldades. Foi filmada a subir penosamente uma escada de madeira que expunha todos os perigos em cada degrau mas mantinha um sorriso permanente na face, equilibrando com mestria sobre a cabeça, o produto do seu carregamento de todos os dias.

Para este «país» não faz qualquer sentido ouvir falar de diminuição da despesa pública, de crescimento do PIB, de défice externo ou interno ou da desregulação dos preços.

E é precisamente porque existe (ainda) este país que o crescimento económico só vale se for associado à dimensão da coesão social.

De que serve crescer muito se o produto do crescimento só está disponível para alguns e nalgumas zonas?

Para que serve crescer muito se em simultâneo o Estado não for capaz de assegurar e satisfazer o essencial das necessidades públicas conforme é sua responsabilidade?

Mas desejo voltar a Entre-os-Rios. Faço-o não por qualquer morbidez, mas essencialmente por revolta.

Revolta contra «o estado a que isto chegou», mas revolta também contra o aproveitamento vil e demagógico da desgraça alheia.

Logo após o acidente, o país ouviu, estupefacto, políticos andariños a anunciar que tinham previsto o acidente

e, mais grave, que tinham alertado para a ocorrência da queda a curto prazo. Entre todos os opinadores distinguiu-se o presidente da Câmara de Castelo de Paiva.

Foi pois com natural curiosidade que esperei e consultei as declarações produzidas pelo autarca junto da Comissão de Inquérito nomeada pelo Governo.

O que é que consta do respectivo relatório?

Consta que o presidente da Câmara de Castelo de Paiva não conhecia e, portanto não denunciou, qualquer deficiência estrutural que pudesse pôr em causa a segurança da ponte.

Esta declaração não espanta, pois se podemos acusar o autarca de demagogo, não podemos nem devemos acusá-lo de criminoso.

Só que, a utilização indevida da desgraça alheia neste caso, parece não ir esgotar-se num mero e retórico juízo político.

Segundo acaba de ser noticiado, familiares de algumas vítimas intentarão acções-crime contra todos os que sabiam (ou diziam saber) existirem deficiências na ponte e nada fizeram para a retirar de uso.

Aparentemente, o autarca de Castelo de Paiva poderá estar em maus lençóis.

Pela boca morre o peixe, costuma dizer o povo, na sua imensa sabedoria.

«A Carta dos Direitos Fundamentais constitui um marco muito importante desta Europa política que está em vias de ser criada enquanto espaço integrado de liberdade, de segurança e de justiça e constitui uma consequência directa da cidadania»

António Vitorino

Revista Finisterra, Abril 2001

«É importante tornar claro que, se é certo que o PS se responsabiliza por gerir esta sociedade, de modo a potenciar o seu desenvolvimento, não renuncia, através dele, a animar um processo de permanente mudança que a torne justa, livre e humana»

Rui Namorado

Ibidem

«Nesta medida, a sociedade actual não é a projecção da identidade político-ideológica do PS, com a qual não podem ser compatíveis as desigualdades sociais gritantes, a exclusão social e as privações de seres humanos, a exploração e a opressão dos mais fracos e desprotegidos, a mercantilização das pessoas»

Idem, ibidem

«Mantenho intacta a esperança de que o PS conseguirá em breve dar um novo impulso à governação, de modo a merecer a confiança do eleitorado»

João Cravinho

Público, 13 de Maio



Quero ser assinante do Portugal Socialista na modalidade que indico. Envio junto o valor da assinatura.

Quero renovar a assinatura

Cheque	Vale de correio
6 meses	12 meses
Valor \$	

Quero ser assinante do Acção Socialista na modalidade que indico. Envio junto o valor da assinatura.

Quero renovar a assinatura

Cheque	Vale de correio
6 meses	12 meses
Valor \$	

Por favor remeter este cupão para:
 Portugal Socialista - Avenida das Descobertas 17 - Restelo - 1400 Lisboa

Nome _____

Morada _____

Localidade _____

Código Postal _____

ASSINATURAS	6 MESES 2 NÚMEROS	12 MESES 4 NÚMEROS
Continente	500\$	800\$
Regiões Autónomas	700\$	1.200\$
Macau	1.300\$	2.400\$
Europa	1.500\$	2.900\$
Resto do Mundo	2.300\$	4.400\$

O valor das assinaturas de apoio é livremente fixado pelos assinantes a partir dos valores indicados.



Quero ser assinante do Acção Socialista na modalidade que indico. Envio junto o valor da assinatura.

Quero renovar a assinatura

Cheque	Vale de correio
6 meses	12 meses
Valor \$	

Quero ser assinante do Acção Socialista na modalidade que indico. Envio junto o valor da assinatura.

Quero renovar a assinatura

Cheque	Vale de correio
6 meses	12 meses
Valor \$	

Por favor remeter este cupão para:
 Acção Socialista - Avenida das Descobertas 17 - Restelo - 1400 Lisboa

Nome _____

Morada _____

Localidade _____

Código Postal _____

ASSINATURAS	6 MESES 26 NÚMEROS	12 MESES 52 NÚMEROS
Continente	1.650\$	3.250\$
Regiões Autónomas	2.400\$	4.600\$
Macau	4.600\$	9.100\$
Europa	5.500\$	10.800\$
Resto do Mundo	8.500\$	16.600\$

O valor das assinaturas de apoio é livremente fixado pelos assinantes a partir dos valores indicados.

Ficha Técnica

Acção Socialista
 Órgão Oficial do Partido Socialista
 Propriedade do Partido Socialista
 Director
Fernando de Sousa
 Director-adjunto
José Manuel Viegas
 Redacção
J.C. Castelo Branco
Mary Rodrigues
 Colaboração
Rui Perdigão
 Secretariado
Sandra Anjos
 Paginação electrónica
Francisco Sandoval
 Edição electrónica
Joaquim Soares
José Raimundo
Francisco Sandoval

Redacção
 Avenida das Descobertas 17
 Restelo - 1400 Lisboa
 Telefone 3021243 Fax 3021240
Administração e Expedição
 Avenida das Descobertas 17
 Restelo - 1400 Lisboa
 Telefone 3021243 Fax 3021240
Toda a colaboração deve ser enviada para o endereço referido
 Depósito legal N.º 21339/88; ISSN: 0871-102X
 Impressão Mirandela, Artes Gráficas SA
 Rua Rodrigues Faria 103, 1300-501 Lisboa
Distribuição Vasp, Sociedade de Transportes e Distribuições, Lda., Complexo CREL, Bela Vista, Rua Táscoa 4.º, Massamá, 2745 Queluz

